



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tre-am.jus.br

PREGÃO ELETRÔNICO

90018/2026

CONTRATANTE

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de link de comunicação nas unidades da Justiça Eleitoral, no interior do estado, sede do Tribunal, infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.850.459,36

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/05/2026** às **10h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA

Aberto e Fechado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N. 90018/2026

PROCESSO SEI nº 0005178-36.2025.6.04.0000/TRE-AM

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, por intermédio da Seção de Licitações/SELIC, sediado na Avenida André Araújo, n. 200, Bairro Aleixo, Manaus-AM, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de link de comunicação nas unidades da Justiça Eleitoral, no interior do estado, sede do Tribunal, infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes do Termo de Referência Ajustado (Anexo I deste Edital).

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 (seis) itens, conforme planilha modelo do Anexo I do Termo de Referência Ajustado, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, quantidade e valor global da proposta;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; e

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência Ajustado, com apresentação de catálogos, prospectos, folders e qualquer outro elemento descritivo que permita a identificação pormenorizada do material ofertado.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência Ajustado, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.8.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.8.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.14.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.14.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.15.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.15.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.15.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.15.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.15.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.15.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.2.2. empresas brasileiras;

6.15.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão do local de entrega ou de acondicionamento, tamanho, lote ou qualquer outro motivo.

6.16.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.16.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.16.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.16.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.17. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento

favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência Ajustado;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência Ajustado, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos comprobatórios da capacidade técnica do licitante serão exigidos nos termos dos itens 4.6 e 9 do Termo de Referência Ajustado.

8.1.3. Os documentos comprobatórios da capacidade econômico/financeira são exigidos, nos termos do art. 69, incisos I e II, da Nova Lei de Licitações e Contratos, da Instrução Normativa n. 30/2022 do Superior Tribunal de Justiça.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de

habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência Ajustado somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e,

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preço será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preço.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência Ajustado, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação de fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. É vedado participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.9. É vedado a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.10. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: (arts. 25 e 27 do [Decreto 11.462/2023](#))

9.10.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.10.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.10.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

- (a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- (b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação do licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preço no prazo e nas condições estabelecidas no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer é de 10 (dez) minutos.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.tre-am.jus.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar catálogos, prospectos, folders e qualquer outro elemento descritivo que permita a identificação pormenorizada do material ofertado; ou

12.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante mensagem endereçada ao e-mail selic@tre-am.jus.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-am.jus.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, complementando-se para a definição do objeto desta licitação, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência e anexos;

ANEXO II – Minuta de Contrato; e

ANEXO III - Planilha de Estimativa da Despesa.

Manaus (AM), 12 de maio de 2026.

ALDO ANÍSIO PEREIRA DE FRANÇA
PREGOEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Termo de Referência 7/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2025	70003-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS	RODRIGO PINTO DE CARVALHO	28/04/2026 11:22 (v 7.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		0005178-36.2025.6.04.0000

1. Condições gerais da contratação

1.1. Registro de preços para eventual e futura contratação da prestação de serviços de link de comunicação nas unidades da justiça eleitoral, no interior do Estado, sede do tribunal e infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE
1	ACESSO À INTERNET TIPO 1: Serviço Corporativo para uso fixo com franquia mínima de 500GB de característica continuada.	26557	Ponto/mês	-	72
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA O ITEM 1	26557	Instalação	-	72
3	ACESSO À INTERNET TIPO 2: Serviço Corporativo Franqueado para uso transportável com franquia 50 GB de característica continuada.	26557	Terminal/mês	-	10
4	PACOTES ADICIONAIS - FRANQUIA 50 GB	26557	Pacote	-	72
5	REMANEJAMENTO INTERNO	26557	Serviço	-	20
6	REMANEJAMENTO EXTERNO	26557	Serviço	-	20

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta **contratação são caracterizados como continuados** uma vez que compõem prestação mensal de acordo com detalhamento descrito no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. A licitante vencedora do certame assinará contrato com **vigência de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 120 (cento e vinte) meses, com fundamento nos arts. 106 e 107, da lei 14.133, de 2021.
- 1.4. O objeto possui padrões de desempenho e qualidade e pode ser definido pelo Edital por meio de especificações usuais de mercado, caracterizando-o como bens e serviços comuns, conforme definição constante do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021.
- 1.5. O objeto está estruturado em **lote único**, conforme as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.
- 1.6. Todos os **equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços** previstos no objeto deste Termo de Referência deverão ser fornecidos **em regime de comodato com garantia**.
- 1.7 A **Ata de Registro de Preços** decorrente deste procedimento terá **validade de 1 (um) ano**, contada a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.9. O Estudo Técnico Preliminar(ETP) encontra-se detalhado no Apêndice I.

2. Descrição da solução

- 2.1. A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a ser contratada consiste na prestação de serviços de comunicação de dados por meio de **link satelital**, abrangendo duas modalidades: **link via satélite de baixa órbita (LEO)** e **link satelital móvel**, ambos com capacidade de acesso à internet e suporte à operação de sistemas corporativos da Justiça Eleitoral.
- 2.2. A contratação visa atender às unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), localizadas tanto na capital quanto em municípios do interior, incluindo cartórios eleitorais, postos avançados de atendimento ao público e estruturas temporárias, como zonas eleitorais itinerantes. Dada a carência ou inexistência de infraestrutura terrestre de telecomunicações em diversas localidades, a solução satelital representa a única alternativa tecnicamente viável para garantir conectividade adequada, estável e segura.
- 2.3. A tecnologia LEO oferece comunicação de dados com **baixa latência, alta disponibilidade e maior largura de banda**, permitindo o funcionamento eficiente de sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Sistema Elo, o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias (SPCE), além de ferramentas corporativas baseadas na web e serviços em nuvem. Já a modalidade de **link satelital móvel** permite o deslocamento e ativação rápida do serviço em locais remotos, em caráter temporário ou emergencial, como durante eleições, revisões de eleitorado ou desastres naturais.
- 2.4. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviço de comunicação satelital, com início em **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 2.5. Para o concentrador no DataCenter sede TRE-AM, instalação em regime de comodato de (2) dois ativos físicos com tecnologia SD-WAN, modo alta performance (HA), para a gestão dos links ativos da contratação, especificações:

1. Visão Geral da Solução

A solução SD-WAN deverá prover **conectividade segura, resiliente e gerenciada de forma centralizada** entre o DataCenter do TRE-AM e aproximadamente **70 unidades remotas (cartórios eleitorais)**, suportando múltiplos links WAN por localidade, priorização de aplicações críticas, criptografia forte, alta disponibilidade e visibilidade operacional.

A arquitetura deverá contemplar **concentradores físicos em alta disponibilidade (HA)** instalados no DataCenter sede, responsáveis por:

- Terminação das VPNs SD-WAN/IPsec dos cartórios;
- Orquestração e controle de políticas de tráfego;
- Integração com o núcleo de rede e com soluções de segurança existentes.

2. Requisitos de Hardware – Concentrador SD-WAN (DataCenter)

1. Os equipamentos fornecidos deverão ser **100% novos**, sem uso anterior, em embalagem original de fábrica, com lacres e selos de autenticidade intactos.
2. O fornecedor deverá apresentar **Certificado de Autenticidade do Fabricante e Nota Fiscal**, comprovando procedência, suporte oficial e que o fabricante possui **representatividade e atuação reconhecida no mercado corporativo/governamental**.
3. A solução deverá ser composta por **02 (dois) equipamentos físicos idênticos**, operando em **cluster de alta disponibilidade (HA)**, em modo **ativo/ativo ou ativo/passivo**, com failover automático e transparente.

4. Cada equipamento deverá suportar, no mínimo:
 - **2,5 Gbps de throughput mínimo garantido agregado criptografado (IPsec/SD-WAN)** oriundo das VPNs dos cartórios;
 - Capacidade de crescimento por licenciamento ou upgrade sem substituição imediata do hardware.
5. Interfaces físicas mínimas por equipamento:
 - **04 (quatro) portas Ethernet 10/100/1000 Mbps RJ-45**, com auto-negociação de velocidade e duplex;
 - **02 (duas) portas Ethernet 10 Gigabit RJ-45**;
 - As interfaces deverão permitir uso flexível (LAN, WAN).
6. O equipamento deverá possuir:
 - **02 (duas) fontes de alimentação redundantes**, hot-swappable;
 - Operação em **100–127V e 200–240V**, 50/60Hz.
7. O equipamento deverá ser compatível com **rack padrão 19"**, ocupando no máximo **2U**, e acompanhado de **kit completo de fixação**.

3. Requisitos Funcionais de SD-WAN

8. A solução SD-WAN deverá operar de forma integrada entre:
 - Concentradores do DataCenter;
 - Gateways SD-WAN dos cartórios;
 - Eventual núcleo de rede ou borda de Internet, com **gestão centralizada em interface única**.
9. Deverá suportar **balanceamento de carga dinâmico de tráfego WAN**, considerando:
 - Largura de banda;
 - Latência;
 - Jitter;
 - Perda de pacotes;
 - Disponibilidade do link.
10. A seleção do circuito WAN de saída deverá ser influenciada por **políticas definidas pelo administrador**, baseadas, no mínimo, em:
 - Tipo de aplicação;
 - Endereço IP, sub-rede, protocolo ou porta;
 - Qualidade do link;
 - Prioridade de serviço.
11. Deverá permitir **priorização de aplicações críticas** (ex.: sistemas eleitorais, VPN institucional, videoconferência, VoIP), com mecanismos de **QoS e Application-Aware Routing**.
12. A solução deverá permitir a utilização simultânea de **múltiplos tipos de links WAN**, incluindo:
 - MPLS;
 - Internet dedicada;
 - Banda larga (fibra, rádio).

4. Segurança e Criptografia

13. Todo o tráfego entre o concentrador e os cartórios deverá ser protegido por **criptografia forte**, utilizando no mínimo:
 - **IPsec com AES-256**, SHA-2 e troca de chaves segura;
 - Suporte a certificados digitais ou autenticação robusta.
14. Deverá permitir **segmentação lógica de tráfego** (VRFs, zonas ou overlays), separando, por exemplo:
 - Tráfego administrativo;
 - Tráfego de usuários;
 - Tráfego de serviços críticos.
15. A solução deverá integrar-se ou coexistir com **firewalls, IDS/IPS e demais soluções de segurança já existentes no TRE-AM**, sem dependência obrigatória de substituição.

5. Gestão, Monitoramento e Operação

16. A solução deverá possuir **plataforma de gerenciamento centralizado**, podendo ser:
 - On-premises;
 - Cloud gerenciada pelo fabricante;
 - Ou híbrida, desde que atenda às políticas de segurança do TRE-AM.
17. A interface de gestão deverá permitir:
 - Visualização em tempo real do status dos pontos;

- Monitoramento de links, túneis, aplicações e desempenho;
- Geração de relatórios históricos;
- Auditoria de alterações e controle de acesso por perfil.

18. Deverá permitir **provisionamento simplificado (zero-touch provisioning)** para os cartórios, reduzindo necessidade de intervenção local.

6. Licenciamento, Suporte e Manutenção

19. Todas as **licenças necessárias ao funcionamento pleno da solução** (SD-WAN, criptografia, gerenciamento, HA e recursos avançados) deverão estar **inclusas durante toda a vigência contratual**, sem custos ocultos.
20. Em caso de defeito, o equipamento deverá ser **substituído por outro equivalente ou superior**, sem ônus à CONTRATANTE, dentro dos prazos de SLA **definidos item 6.6**.
21. Os equipamentos deverão ser **mantidos, atualizados e suportados pela empresa contratada**, sob supervisão e regras estabelecidas pelo TRE-AM.

7. Escalabilidade

22. A solução deverá suportar, no mínimo:

- **70 túneis SD-WAN simultâneos**, com possibilidade de expansão;
- Crescimento futuro do throughput e da quantidade de unidades remotas sem troca imediata da plataforma.

2.6 Especificação Técnica – Equipamento SD-WAN para Pontos Remotos (Ponta)

Os pontos remotos deverão ser atendidos por **equipamentos físicos com tecnologia SD-WAN**, fornecidos em regime de comodato, destinados à gestão, otimização e segurança dos enlaces de comunicação WAN, observando-se os requisitos mínimos a seguir:

1. Condição e Procedência

- O equipamento fornecido deverá ser **novo, sem uso anterior**, entregue em sua **embalagem original de fábrica**, contendo todos os lacres, selos de garantia e acessórios originais do fabricante.
- O fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a **Nota Fiscal** e o **Certificado de Autenticidade**, comprovando a procedência legítima do equipamento, bem como garantir que o fabricante possui **reconhecida atuação e reputação no mercado de redes e segurança**.

2. Arquitetura e Capacidade de Conectividade

- Possuir capacidade de utilizar **simultaneamente, no mínimo, 3 (três) circuitos WAN**, tais como:
 - MPLS e acesso à Internet; ou
 - Circuitos de fibra óptica ou outros meios de acesso equivalentes.
- Permitir o **balanceamento de tráfego de saída** entre todos os circuitos WAN conectados.
- Permitir que a **seleção do circuito WAN de saída** seja influenciada por **regras e políticas definidas pelo administrador de rede**, considerando critérios como aplicação, desempenho, disponibilidade ou prioridade.

3. Interfaces de Rede

- Possuir, no mínimo:
 - **03 (três) interfaces Ethernet 10/100/1000 Mbps**, padrão RJ-45, com negociação automática de velocidade e duplex, configuráveis para função WAN;
 - **04 (quatro) interfaces Ethernet 10/100/1000 Mbps**, padrão RJ-45, com negociação automática de velocidade e duplex, para função LAN.

4. Desempenho e Licenciamento

- O equipamento deverá ser fornecido com **licença de software válida durante toda a vigência contratual**, capaz de suportar, no mínimo, **25 Mbps de tráfego criptografado**, considerando funcionalidades de tunelamento seguro (ex.: IPsec ou tecnologia equivalente).
- O desempenho especificado deverá ser garantido com todas as funcionalidades de segurança e SD-WAN habilitadas.

5. Energia e Instalação

- Possuir **fonte de alimentação interna ou externa** compatível com as tensões de **100 a 127V e de 200 a 240V**, com comutação automática ou manual.
- Ser compatível com operação contínua em ambientes corporativos.

6. Gestão, Suporte e Substituição

- Os equipamentos deverão ser **dispositivos físicos**, mantidos, atualizados e suportados pela empresa contratada, conforme **regras, políticas e supervisão do TRE/AM**.
- Em caso de defeito de hardware durante a vigência do contrato, o equipamento deverá ser **substituído por outro equivalente ou superior, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE**, observados os prazos de atendimento definidos no Acordo de Nível de Serviço (ANS/SLA) **item 6.6**.

7. . Compatibilidade com o Concentrador SD-WAN

7.1. Os equipamentos SD-WAN dos pontos remotos **deverão ser plenamente compatíveis com o concentrador/controlador SD-WAN da solução contratada**, permitindo integração nativa e operação conjunta.

7.2. A compatibilidade deverá assegurar, no mínimo:

- Estabelecimento de **túneis criptografados** entre os pontos remotos e o concentrador;
- **Aplicação centralizada de políticas** de roteamento, balanceamento, priorização de tráfego e segurança;
- **Gerenciamento, monitoramento, provisionamento e operação centralizados**, a partir da mesma plataforma utilizada pelo concentrador;
- **Interoperabilidade plena** com todas as funcionalidades de SD-WAN previstas no contrato, incluindo alta disponibilidade e resiliência.

7.3. Eventuais incompatibilidades que impeçam a plena integração entre os equipamentos de ponta e o concentrador serão de **inteira responsabilidade da CONTRATADA**, não sendo admitidos custos adicionais, soluções paliativas ou restrições funcionais à CONTRATANTE.

2.7. ITEM 1: ACESSO À INTERNET – TIPO 1 (USO FIXO)

Trata-se da contratação de serviço corporativo de acesso satelital à internet, destinado ao uso fixo. O acesso deverá ser provido por meio de uma constelação global de satélites em Órbita Terrestre Baixa (LEO), com cobertura em todo o território nacional, disponível integralmente na área geográfica da instalação previamente informada pelo CONTRATANTE.

A capacidade de internet fornecida deverá ser dedicada exclusivamente ao tráfego corporativo, com prioridade em relação ao tráfego de usuários do varejo.

A CONTRATADA deverá:

- A empresa titular dos serviços ou sua parceira comercial deverá possuir licença válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL;
- Ser o fabricante ou revenda autorizada da marca do produto/solução ofertada, com comprovação documental ou registro no site oficial do fabricante;
- Fornecer treinamento do tipo hands-on à equipe técnica indicada pelo CONTRATANTE;
- Oferecer serviço com característica de contratação continuada;
- Fornecer todos os equipamentos (hardware e software) necessários para o serviço, em regime de comodato, devidamente configurados e administrados pela CONTRATADA, incluindo entrega de senhas de acesso com perfil de consulta de todos os roteadores ou equipamentos gerenciáveis.

Especificações Técnicas Mínimas:

- Serviço dedicado ao uso corporativo;
- Velocidade mínima: 40 Mbps (download) e 08 Mbps (upload);
- Disponibilidade mensal $\geq 99\%$;
- Latência máxima: 100 ms;
- Franquia mensal mínima: **500 GB/mês**;
- Suporte aos protocolos IPv4 e IPv6;
- Suporte a QoS, com possibilidade de priorização de aplicações mapeadas pelo CONTRATANTE;
- Suporte à criptografia AES-128 ou superior;
- Comunicação de dados não interrompida após o consumo da franquia (com aceitação de retirada de prioridade de tráfego);

Requisitos de Hardware:

- Alimentação: 110/220V AC;
- Conectividade: Protocolo Ethernet com conector RJ-45 padrão Gigabit Ethernet;
- Antena: Compacta, tipo *flat panel*, com dimensão máxima de 100 cm em qualquer lado;
- Temperatura de operação: até 50°C ou mais;
- Grau de proteção: mínimo IP54;
- **Equipamento físico com tecnologia SD-WAN para gestão do link conforme item 2.6;**
- Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) IP público fixo IPv4 por acesso.

2.8. ITEM 2: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO REFERENTE AO ITEM 1

A instalação compreenderá:

- Instalação física e apontamento da antena;
- Instalação e configuração dos ativos de rede necessários à conexão com a rede local da unidade;
- Passagem de cabos e instalação de acessórios, conforme os padrões de encaminhamento da infraestrutura de cabeamento

- estruturado da unidade;
- Na ausência de padrão de cabeamento, a CONTRATADA deverá providenciar a infraestrutura necessária até a sala de equipamentos;
- Fornecimento de todos os materiais necessários à instalação;
- Equipe identificada para execução dos serviços;
- Locais de instalação definidos no ANEXO I;
- Atividade poderá ser subcontratada caso necessária.

2.9. ITEM 3: ACESSO À INTERNET – TIPO 2 (USO TRANSPORTÁVEL)

Serviço corporativo de acesso satelital à internet com terminal transportável.

O acesso deve ser provido por constelação de satélites LEO, com cobertura em todo o território nacional, sem necessidade de comunicação prévia ou intervenção da CONTRATADA para alteração de localidade.

A capacidade ofertada será integralmente dedicada ao tráfego corporativo, com prioridade frente ao tráfego de varejo.

A CONTRATADA deverá:

- A empresa titular dos serviços ou sua parceira comercial deverá possuir licença válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL;
- Ser fabricante ou revenda autorizada do produto/solução, comprovada documentalmente ou via site oficial do fabricante;
- Oferecer treinamento do tipo *hands-on* à equipe técnica indicada pelo CONTRATANTE;
- Fornecer serviço com característica de contratação continuada.

Especificações Técnicas Mínimas:

- Serviço dedicado ao uso corporativo;
- Velocidade mínima: 40 Mbps (download) e 08 Mbps (upload);
- Disponibilidade mensal $\geq 99\%$;
- Latência máxima: 100 ms;
- Franquia mensal mínima: 50 GB/mês;
- Comunicação ininterrupta após o fim da franquia, com possível retirada de prioridade de tráfego;
- Suporte aos protocolos IPv4 e IPv6;
- Suporte a QoS, com possibilidade de priorização de aplicações pelo CONTRATANTE;
- Suporte à criptografia AES-128 ou superior.

Requisitos de Hardware:

- Alimentação: 110/220V AC;
- Conectividade: Protocolo Ethernet com conector RJ-45 padrão Gigabit Ethernet;
- Antena: Compacta, tipo *flat panel*, com dimensão máxima de 60 cm em qualquer lado;
- Temperatura de operação: até 50°C ou mais;
- Grau de proteção: mínimo IP54;
- **Equipamento físico com tecnologia SD-WAN para gestão do link conforme item 2.6**
- Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) IP público fixo IPv4 por acesso.

2.10. ITEM 4: PACOTES ADICIONAIS – FRANQUIA DE 50 GB

A CONTRATADA deverá disponibilizar pacotes adicionais de franquia mensal de dados de 50GB, não cumulativa, conforme descrito no item 4.2.4. deste Termo de Referência.

2.11. ITENS 5 E 6: REMANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Compreendem a desinstalação e reinstalação da antena e/ou demais equipamentos no Ponto de Presença (PoP), conforme as classificações:

- **Remanejamento Interno:** Reinstalação no mesmo endereço predial;
- **Remanejamento Externo:** Transferência para novo endereço predial;

Tais remanejamentos deverão ocorrer mediante solicitação expressa do CONTRATANTE, sendo faturados juntamente ao resumo mensal, condicionado ao aceite formal do serviço. Atividade poderá ser subcontratada caso necessária.

2.10. Todos os equipamentos envolvidos deverão estar devidamente configurados e administrados pela CONTRATADA, com fornecimento das senhas de acesso de consulta. O fornecimento de hardware e software também será realizado em regime de comodato.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente contratação tem por objetivo viabilizar a prestação de serviços de comunicação de dados por meio de **links satelitais (móveis e de baixa órbita terrestre - LEO)**, destinados a atender as unidades da Justiça Eleitoral do Amazonas, tanto na capital quanto no interior do estado, incluindo postos itinerantes e de atendimento avançado.

3.2. A necessidade decorre da realidade geográfica do Estado do Amazonas, caracterizado por vasta extensão territorial, grandes áreas de floresta e inúmeros municípios com acesso limitado ou inexistente a infraestrutura terrestre de telecomunicações, como redes de fibra óptica ou cabeamento estruturado. Tais limitações comprometem diretamente a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e jurisdicionais da Justiça Eleitoral, sobretudo em períodos de maior demanda, como os anos eleitorais.

3.3. O contrato atual, vigente até janeiro de 2026, utiliza tecnologia baseada em satélites geoestacionários com Banda Ka. No entanto, essa tecnologia tem se mostrado gradualmente obsoleta e insuficiente para suportar a crescente demanda por largura de banda, baixa latência e alta disponibilidade exigidas pelas aplicações modernas, como sistemas de votação, PJe, JE-Connect, entre outros. Ademais, a indisponibilidade de suporte e manutenção especializada no mercado para tecnologias mais antigas compromete a confiabilidade da solução em uso.

3.4. Nesse cenário, a adoção de **comunicação via satélite LEO**, associada a soluções móveis para unidades itinerantes, apresenta-se como alternativa técnica mais vantajosa, permitindo rápida instalação, mobilidade, maior estabilidade, escalabilidade e cobertura mesmo em áreas remotas. A centralização da contratação em **lote único**, abrangendo tanto os enlaces fixos quanto os móveis, proporciona ganhos em padronização, redução de custos de gestão contratual, uniformização dos SLA (Acordos de Nível de Serviço) e agilidade na resolução de incidentes.

3.5. A contratação atende, ainda, ao disposto no planejamento estratégico do órgão e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhando-se aos objetivos institucionais de modernização da infraestrutura tecnológica e melhoria da prestação jurisdicional à sociedade.

3.6. Demanda Específica do TRE-AM

A contratação do serviço de comunicação por satélite visa atender às seguintes unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM):

Item 1 – Unidades Fixas (72 unidades)

- Cartórios Eleitorais: 61 unidades
- TRE-AM – Sede: 1 unidade
- Reserva Técnica: 10 unidades

Item 2 – Unidades Itinerantes (10 unidades)

- Atendimento Itinerante: 10 unidades
- Atendimento móvel e avançado.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos de Negócio:

A Justiça Eleitoral do Amazonas necessita garantir conectividade contínua, segura e de alta disponibilidade para o exercício regular de suas atividades finalísticas e administrativas, especialmente nas localidades do interior e em unidades móveis ou temporárias, como postos avançados e ações itinerantes.

Dessa forma, o requisito central do negócio é a **disponibilização de serviço de comunicação de dados via satélite nas modalidades fixa e móvel, com tecnologia de baixa órbita terrestre (LEO)** ou superior, que atenda satélite, às seguintes condições operacionais e estratégicas:

- **Alta disponibilidade e estabilidade do enlace**, com garantia de SLA compatível com o funcionamento ininterrupto dos sistemas da Justiça Eleitoral;
- **Baixa latência na comunicação**, condição essencial para o uso eficiente de sistemas interativos, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), JE-Connect, SEI, sistemas administrativos e módulos da Justiça Eleitoral integrados à rede da Justiça Federal e CNJ;
- **Cobertura geográfica abrangente**, incluindo áreas remotas, ribeirinhas e de difícil acesso, onde não há infraestrutura terrestre disponível ou viável;
- **Mobilidade para atendimento itinerante**, com equipamentos e soluções que permitam rápida instalação, operação autônoma e conectividade segura em missões temporárias;
- **Capacidade de escalabilidade**, permitindo aumento de banda e número de pontos conectados conforme evolução da demanda institucional.

A solução contratada deve, portanto, ser capaz de atender à criticidade das operações da Justiça Eleitoral, garantindo conectividade confiável mesmo em cenários adversos, inclusive em períodos eleitorais, de elevada carga de trabalho e maior sensibilidade institucional.

4.2. Requisitos Tecnológicos

4.2.1. Licenciamento

- A empresa titular dos serviços ou sua parceira comercial deverá possuir licença válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL;

4.2.2. Especificações Técnicas da Tecnologia Ofertada

- A tecnologia de comunicação ofertada deverá atender, no mínimo, os parâmetros identificados na Descrição da Solução de TIC a ser contratada, item 2, deste Termo de Referência.

4.2.3. Gestão e Equipamentos

- Ponto de gestão: deverá ser fornecido hardware de tecnologia SD-WAN em cada ponto de instalação;
- Equipamentos e acessórios: deverão ser fornecidos em regime de comodato, incluindo todos os componentes (hardware e software) necessários à plena operação do serviço

4.2.4. Franquia de Dados e Monitoramento do uso

- A contratada deverá disponibilizar franquia mensal de dados (não cumulativa), com limites definidos conforme o item contratado (Item 1 ou Item 3);
- A pedido do CONTRATANTE, a contratada deverá configurar o envio de alertas por e-mail ou aplicativo informando quando o consumo do link se aproximar do limite contratado;
- O consumo de dados de cada link deverá ser acompanhado em portal online dedicado, disponibilizado pela contratada;
- O esgotamento da franquia mensal poderá resultar em redução de velocidade do serviço até o reinício do ciclo mensal ou contratação de pacote adicional;
- O uso de pacote adicional somente será permitido mediante autorização expressa do gestor do contrato;
- A contratada deverá habilitar a franquia adicional em até 24 horas após a abertura de chamado técnico ou envio da ordem de serviço.

4.2.5. Monitoramento e Gestão do link

- Plataforma de monitoramento e gerenciamento dos enlaces, com acesso pela CONTRATANTE em tempo real;
- Geração de relatórios mensais com indicadores de SLA, disponibilidade e desempenho;
- Notificações automáticas de falhas ou degradações.

4.2.6. Certificações e Conformidade

- Equipamentos com certificação Anatel;
- Solução em conformidade com as normativas da LGPD, Marco Civil da Internet e padrões técnicos da Justiça Eleitoral.

4.3. Requisitos Legais

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Norma geral para licitações e contratos da Administração Pública.
- Decreto nº 11.462/2023 de 31 de Março de 2023 – Dispõe sobre Sistema de Registro de Preço.
- Resolução CNJ nº 468/2022: Diretrizes para contratações de TIC no CNJ.
- Resolução CNJ nº 370/2021: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022: Processo de contratação de soluções de TIC no SISF.
- Lei nº 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados): Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais.
- Resolução TSE nº 23.644/2021: Política de Segurança da Informação (PSI) na Justiça Eleitoral.
- Resolução TSE nº 23.702/2022: Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400/2021: Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e a outras legislações aplicáveis;
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.4. Requisitos de Capacitação

- Será necessário **treinamento à equipe que atuará com a solução** no que se refira à ferramentas próprias de gestão da contratada em relação aos links instalados e na implementação de novas soluções/configurações se necessário.

4.5. Requisitos de Manutenção, Suporte técnico e Garantia

- A atividade poderá ser subcontratada caso necessária.
- A contratada é responsável, de forma exclusiva, pela manutenção preventiva e corretiva de todos os enlaces de dados e equipamentos instalados.
- Alterações ou reconfigurações devem ser previamente autorizadas pela contratante com antecedência mínima de 2 dias úteis.
- Deve ser oferecido suporte técnico gratuito, 12 horas por dia, 7 dias por semana, via número nacional (0800).
- O atendimento será em língua portuguesa, ininterruptamente.
- Cada atendimento deve gerar um número de protocolo para rastreamento.
- O atendimento ao reparo deverá iniciar em até 4 horas após a abertura do chamado.
- O prazo máximo para resolução das falhas será de até 2 dias úteis.
- Em localidades a mais de 500 km da capital, ou com acesso por transporte fluvial/marítimo, o prazo estende-se para até 4 dias úteis.
- Em caso de defeito na IDU que comprometa os circuitos, a substituição deve ser imediata e sem custos adicionais ao TRE-AM.
- Nos 5 dias anteriores a qualquer eleição, a contratada deve realizar manutenção preventiva completa nos enlaces e equipamentos instalados, garantindo pleno funcionamento.
- Todos os custos com materiais, transporte, instalação, substituições, apontamento de antenas, testes e ajustes são de responsabilidade da contratada.
- Na véspera e no dia da eleição, a contratada deverá disponibilizar presencialmente, na sede do TRE-AM, um coordenador ou gestor técnico responsável pelo acompanhamento da operação dos links e pela comunicação com as equipes em campo, se estiverem.

4.6. Requisitos de Habilitação Técnica

- Detalhados no item 9 (Critérios de seleção do fornecedor) deste Termo de Referência.

4.7. Requisitos de Garantia de execução contratual

- Garantia da contratação conforme Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Requisito de Transferência de Tecnologia

4.8.1. Compõe o escopo de fornecimento, de forma obrigatória, toda a documentação técnica e de usuário relacionada aos componentes integrantes da solução contratada. Essa documentação deverá assegurar ao TRE-AM o pleno acesso ao conhecimento necessário para absorção e domínio das técnicas e tecnologias envolvidas, incluindo, obrigatoriamente, manuais de instalação, operação e configuração dos equipamentos e sistemas.

4.9. Requisitos de Segurança, Privacidade e Segurança da Informação

4.9.1. A contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por sua rede de comunicação, conforme boas práticas de segurança da informação.

4.9.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

4.10. Requisitos Sociais e de Sustentabilidade

4.10.1 A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade durante a execução dos serviços, incluindo:

- Destinação ambientalmente adequada de equipamentos substituídos;
- Eficiência energética dos equipamentos fornecidos;
- Redução de emissão de gases poluentes durante o transporte e instalação.

4.10.2 A contratada obriga-se a observar, em todas as etapas de execução do contrato, as diretrizes da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, conforme estabelecido na Portaria TRE-AM nº 208/2024, devendo zelar para que seus empregados e prepostos mantenha conduta profissional ética e respeitosa, abstendo-se de qualquer prática que possa configurar assédio moral, sexual ou discriminação.

4.11. Requisitos de Implantação

4.11.1 A contratada deverá realizar visita técnica agendada aos locais de instalação para avaliar as condições específicas e assegurar a conformidade, qualidade e estabilidade do serviço, especialmente em regiões de difícil acesso.

4.11.2. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviço de comunicação satelital, com início em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

4.12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

4.12.1. Ambas as partes declaram ciência e comprometem-se a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adequando procedimentos internos para proteção de dados pessoais.

4.12.2. Comprometem-se a:

- Tratar dados pessoais apenas para finalidades legítimas e compatíveis com o objeto do contrato.
- Adotar medidas técnicas e administrativas para proteger dados contra acessos não autorizados e incidentes.
- Eliminar ou devolver dados pessoais ao final do tratamento, salvo situações legais de armazenamento.

4.12.3. As partes responderão por danos decorrentes de inobservância da LGPD, na esfera administrativa e judicial.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. Solicitar autorização prévia (mínimo 2 dias úteis) à CONTRATANTE, por e-mail formal, para manutenção preventiva, que somente poderá ocorrer mediante anuência expressa do TRE-AM.
- 5.2.11. Fornecer credenciais SNMP (perfil de leitura ou equivalente) para monitoramento da infraestrutura pela CONTRATANTE.
- 5.2.12. Apresentar, em caso de falhas, relatório analítico contendo:
 - a) Registro das ocorrências, com horários de início e fim da inoperância e tempo excedente ao prazo de reparo;

- b) Total de indisponibilidade acumulada;
- c) Diagnóstico técnico e medidas corretivas adotadas.

5.2.13. Manter atualizados os sistemas operacionais e firmwares, promovendo, sem custo, upgrades de segurança, mediante aprovação prévia.

6. Modelo de execução do contrato

6.1. Vigência

A licitante vencedora do certame assinará contrato com **vigência de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 120 (cento e vinte) meses, com fundamento nos arts. 106 e 107, da lei 14.133, de 2021.

6.2. Prazo de Instalação das Unidades

6.2.1. O prazo máximo para instalação de todas as unidades solicitadas será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da **assinatura do contrato**.

6.2.2. O horário para a execução dos serviços de instalação deverá ser previamente acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

6.2.3. A instalação da rede deverá observar o seguinte cronograma de execução, com prazos contados a partir da data de assinatura do contrato:

Evento	Prazo
Assinatura do Contrato	Dia D
Conclusão de instalação de 30% das unidades contratadas (incluindo testes de aceitação)	<u>D + 40 dias corridos</u>
Conclusão de instalação de 60% das unidades contratadas (incluindo testes de aceitação)	<u>D + 50 dias corridos</u>
Conclusão de instalação de 100% das unidades contratadas (incluindo testes de aceitação)	<u>D + 60 dias corridos</u>

6.2.4. Para a execução dos serviços de instalação dos circuitos, os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se **devidamente identificados**, com crachá ou outro documento de identificação funcional, sempre que estiverem atuando nas dependências da CONTRATANTE.

6.3. Execução do serviço e seu recebimento

6.3.1. Serão realizadas duas etapas de aceitação: **aceitação provisória e aceitação definitiva**.

6.3.1.1. Critérios para a Aceitação Provisória

6.3.1.1.a A aceitação provisória ocorrerá em até **20 (vinte) dias corridos** após a entrega dos serviços, mediante verificação, pela CONTRATANTE, da normalidade no funcionamento de cada circuito instalado.

6.3.1.1.b Caso sejam identificadas falhas durante o processo de verificação, a CONTRATANTE poderá determinar a **suspensão da aceitação dos serviços** até que os problemas apontados sejam devidamente corrigidos, **sem que isso implique em prorrogação dos prazos de implantação definidos contratualmente**.

6.3.1.1.c. Os testes de aceitação deverão incluir, no mínimo, as seguintes verificações:

- Testes de **conectividade e funcionalidade** da rede;
- Testes de **acesso aos sistemas eleitorais** e à Internet;
- Avaliação do cumprimento dos **requisitos mínimos de desempenho**, como **latência, perda de pacotes e velocidade contratada**.

6.3.1.1.d. Uma vez verificado o atendimento pleno aos requisitos técnicos, será emitido pela CONTRATANTE o **Termo de Recebimento Provisório (TRP)**, formalizando a aceitação provisória do serviço.

6.3.1.2. Critérios para a Aceitação Definitiva

6.3.1.2.a. A aceitação definitiva ocorrerá após a conclusão dos testes de conectividade, que serão realizados por meio de ferramentas próprias e/ou por sistemas equivalentes ao SIMET (disponível em simet.nic.br), além da verificação das instalações físicas e da conformidade dos hardwares fornecidos com as especificações estabelecidas. Atendidos todos os requisitos técnicos e contratuais, a CONTRATANTE emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo (TRD)** em até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP).

6.3.1.2.b. Durante esse período, todas as pendências identificadas — de qualquer natureza — deverão ser totalmente sanadas pela CONTRATADA.

6.3.1.3.c. Caso a CONTRATADA não solucione as pendências ou deixe de atender integralmente às exigências previstas para o período, a CONTRATANTE dará início aos procedimentos para aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

6.3.1.4.d A emissão do TRD **não exime a CONTRATADA** das responsabilidades quanto ao pleno funcionamento de todas as funcionalidades e benefícios ofertados, devendo tais funcionalidades permanecer sujeitas a testes e verificações ao longo de todo o **período de garantia contratual**.

6.3.1.5.e Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com a proposta da CONTRATADA. Nessa hipótese, os serviços deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo determinado pelo fiscal do contrato, **sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação de penalidades contratuais**.

6.3.1.3 Responsabilidade Pós-Recebimento

O recebimento, seja provisório ou definitivo, **não exclui a responsabilidade da CONTRATADA** por eventuais prejuízos decorrentes da execução inadequada do contrato, permanecendo esta responsável por assegurar a conformidade técnica e funcional do objeto contratado durante toda a vigência contratual e do período de garantia.

6.4. Localidade Inicial da Instalação:

- Os circuitos serão instalados prioritariamente nos **cartórios eleitorais** da Justiça Eleitoral.
- Os endereços estão disponíveis nos portais dos **Tribunais Regionais Eleitorais**.
- Poderão ser utilizados **novos locais** em caso de ampliação ou alteração dos pontos de atendimento.
- A relação inicial está no **ANEXO I – Relação de Localidades**, com base nos municípios dos cartórios eleitorais.
- Para ações itinerantes, serão consideradas localidades dentro da **jurisdição dos municípios listados**.

6.4.1. Alterações de endereço durante a Vigência Contratual:

- Poderá haver **alteração de endereços** ou **adição de novos sítios**.
- A CONTRATADA poderá cobrar **valores adicionais**, desde que haja:
 - **Viabilidade técnica** comprovada;
 - Valor **equivalente ao custo** de instalação e mensalidade de enlace semelhante já implantado;
 - **Prazo de instalação** de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, com justificativa aceita pela CONTRATANTE;
 - Valores devem constar na planilha "**Estimativa de Preço**" e respeitar os limites legais.

6.4.2. Impossibilidade de Instalação:

- Caso não seja possível atender ao novo endereço, a CONTRATADA deverá:
 - **Comunicar formalmente** à CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da solicitação.
- **Alternativa à Impossibilidade:**
 - Confirmada a inviabilidade, o TRE-AM poderá **consultar a licitante classificada em posição subsequente**, observando:
 - **Viabilidade de instalação** no mesmo local;
 - **Condições e valores** originalmente propostos pela licitante vencedora.

6.5. Remanejamento da infraestrutura

6.5.1. Esta atividade poderá ser subcontratada caso haja necessidade. O remanejamento refere-se à **desinstalação e reinstalação** da Estação VSAT ou dos equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA, em novo local de instalação, sendo classificado da seguinte forma:

- **6.5.1. Interno:** quando a reinstalação ocorre **no mesmo endereço predial**, mas em ambiente físico diferente dentro da mesma edificação;
- **6.5.1. Externo:** quando há **transferência para um novo endereço predial**, distinto do local original.

6.5.2. Caso a CONTRATANTE solicite o remanejamento, seja interno ou externo, o pagamento devido será realizado conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.5.3. A CONTRATADA deverá atender à solicitação de remanejamento **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da solicitação formal pela CONTRATANTE.

6.5.4. A CONTRATADA poderá faturar a mensalidade referente ao ponto de presença original **até o dia anterior à data do efetivo desligamento** ou **até 25 (vinte e cinco) dias corridos** após o recebimento da comunicação da CONTRATANTE, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

6.5.5. Independentemente do tipo de remanejamento, o **novo ponto de presença** deverá passar pelas **etapas de aceitação**, conforme descritas no item “**6.3. – Da Execução dos Serviços e Seu Recebimento**” deste Termo de Referência.

6.5.6. A CONTRATADA deverá apresentar os **valores do serviço de remanejamento** conforme especificado na “**Planilha de Preço de Remanejamento**”, constante do **Anexo III – Planilha da Proposta**.

6.6. Acordo de Nível de Serviço (SLA)

6.6.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir os parâmetros mínimos estabelecidos, sem prejuízo do atendimento integral às demais exigências constantes neste Termo de Referência, conforme indicadores e metas apresentados a seguir:

6.6.2. **PERDA DE PACOTES:** a perda de pacotes máxima admitida será de 2%.

6.6.3. **DISPONIBILIDADE DA REDE:** a disponibilidade do serviço indica o percentual de tempo, durante o período de 1(um) mês de operação, em que um ponto de acesso integrante do serviço permanecer em condições normais de funcionamento.

6.6.3.1. Deve ser assegurada disponibilidade operacional **média mensal mínima de 99%**, sendo esta definida como a relação entre o tempo em que o sistema apresenta as características técnicas e operacionais especificadas e o tempo total considerado. No cálculo da disponibilidade serão consideradas todas as interrupções do serviço, exceto as programadas pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

6.6.4. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada na gerência/supervisão da CONTRATADA até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação e a respectiva informação à CONTRATANTE ou quando apresentar taxa de erros de bits (BER) igual ou superior a 2%.

6.6.5. Caso haja interrupções não programadas nos serviços, a CONTRATADA fica sujeita a descontos na fatura mensal, aplicados no mês imediatamente subsequente ao mês no qual ocorreram os fatos que originaram os descontos, acrescidos de multa pecuniária.

6.6.6. **LATÊNCIA:** o tempo médio de retardo na comunicação para enlaces via satélite, com um único salto, deverá ser igual ou inferior a 100 milissegundos.

6.6.7. **TEMPO DE REPARO:** a CONTRATADA deverá garantir o intervalo de tempo máximo para reparo/restabelecimento de um circuito inoperante, após abertura do chamado, cujas condições de aferição deste índice estão descritos na planilha a seguir:

INDICADOR	
TEMPO DE REPARO (TR)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Meta a cumprir	GERAL: Tempo de reparo em qualquer caso, no máximo 2 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado. ESPECÍFICA: Para localidades onde a distância da capital for superior a 500 km, ou quando o deslocamento envolver transporte marítimo fluvial, o período para conclusão do reparo dos circuitos não deverá exceder 4 (quatro) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado.
Instrumento de medição	Software de Gerenciamento de chamados;
Forma de acompanhamento	Contagem do tempo de atendimento após a abertura do chamado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	TR (h)= Somatório do tempo excedido em cada evento no mês.

Início de vigência	Data do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)
Adequações de pagamento	TR > 24 h = Desconto de 1% sobre o valor mensal do circuito a cada 24 horas do tempo excedido para o reparo. Limitada a 10% do valor mensal do circuito. Superado esse limite, será aplicada a sanção estabelecida no item 7.9, deste TR, sem prejuízo à aplicação da multa moratória.
Observações	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente (por enlace) à CONTRATANTE, relatórios com o protocolo de cada chamado e o tempo de conclusão para cada reparo

6.6.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para eventual descumprimento dos níveis de conformidade, desde que devidamente comprovada a excepcionalidade da ocorrência, oriunda de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela IN nº 5/2017.

6.6.9. A CONTRATANTE deverá realizar monitoramento contínuo da qualidade dos serviços prestados, intervindo quando necessário para corrigir desvios e aplicar sanções nos casos de reincidência em desconformidade, conforme o Art. 19 da IN nº 5/2017, define que a gestão do contrato é uma das fases obrigatórias do procedimento de contratação de serviços, o que implica na necessidade de acompanhamento constante da execução contratual.

6.7. Desativação de circuitos

A CONTRATANTE poderá solicitar a desativação de circuitos, nos casos de supressão contratual, observando os limites legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. Após o recebimento da **Ordem de Serviço formal**, a CONTRATADA deverá realizar a **desativação imediata do circuito** e terá o prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para efetuar a **desinstalação e retirada dos equipamentos** das unidades judiciárias.

6.7.2. Caso haja **impedimentos ou interferências** que possam dificultar o processo de desativação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE **com antecedência mínima de 15 (quinze) dias** antes do término do prazo de 45 dias.

6.7.3. Não havendo tal comunicação no prazo estabelecido, e transcorrido o prazo de 45 dias sem a retirada dos equipamentos, a CONTRATANTE se **isenta de qualquer responsabilidade sobre os bens de propriedade da CONTRATADA** eventualmente deixados nas unidades.

6.7.4. Ao término do contrato, a devolução dos insumos e equipamentos fornecidos deverá ser realizada pela CONTRATADA **mediante autorização formal** expedida por **Ofício da CONTRATANTE**, no qual constarão os locais e os itens a serem desinstalados e recolhidos, autorizando expressamente sua retirada.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. Execução do Contrato

- O contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes, seguindo as normas da Lei nº 14.133/2021.
- A comunicação entre as partes deve ser por escrito, com possibilidade de uso de mensagens eletrônicas.
- A contratante pode convocar representantes da contratada para resolver questões urgentes.

7.2. Preposto

- A contratada deve designar um preposto formalmente, com poderes e deveres definidos.
- A contratante pode recusar o preposto, se justificado.
- O preposto não necessitará estar presente no local da execução do objeto.

7.3. Reunião Inicial

- Após a assinatura do contrato, será realizada uma reunião inicial para alinhamento.
- A reunião abordará questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato, e apresentação de documentos.

7.4. Fiscalização

- A execução do contrato será acompanhada por fiscais técnicos e administrativos.
- O fiscal técnico acompanhará o cumprimento das condições do contrato e registrará ocorrências.
- O fiscal administrativo verificará as condições de habilitação da contratada e acompanhará os aspectos financeiros do contrato.
- A fiscalização será contínua, com participação em reuniões e apoio ao gestor do contrato.

7.5. Gestor do Contrato

- O gestor coordenará a fiscalização, registrará ocorrências e acompanhará a habilitação da contratada.
- O gestor emitirá documentos de avaliação do desempenho da contratada e tomará providências em caso de irregularidades.
- O gestor elaborará relatório final sobre a execução do contrato.
- O gestor enviará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7.6. Garantia de execução contratual

7.6.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

7.6.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

7.6.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

7.6.4 A Garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida de pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

7.7. Definição dos Critérios de Medição e Pagamento

7.7.1. O pagamento estará condicionado ao cumprimento dos SLAs, mediante apresentação de relatórios mensais de desempenho e disponibilidade, com validação por parte da Administração Pública. O não atendimento aos níveis mínimos de serviço implicará aplicação de descontos, glosas ou outras penalidades previstas no contrato.

7.7.2 Os pagamentos à contratada estarão estritamente vinculados à comprovação da efetiva prestação dos serviços, da qualidade técnica mínima exigida e do **cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos nos Acordos de Nível de Serviço (SLA)**, em conformidade com o Art. 117, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.7.3. Critérios de Medição

A medição dos serviços será realizada mensalmente com base nos seguintes parâmetros principais:

a) Disponibilidade do Link

- Meta: 99%
- Fórmula: Disponibilidade (%) = (Horas de Disponibilidade / Total de Horas do Mês) × 100.

b) Tempo de Resposta e Recuperação (SLA de Suporte)

- Tempo máximo para início do atendimento: 2 horas úteis.
- Tempo máximo para solução de falha crítica: 12 horas úteis.

c) Relatórios Mensais Obrigatórios

- Relatório de Disponibilidade por ponto.
- Relatório de chamados técnicos e soluções.
- Relatório de indicadores de SLA.
- Relatório de QoS.

7.8. Critérios de Pagamento

a) O pagamento será realizado mensalmente, após aprovação dos relatórios mensais de medição.

b) Condição para Pagamento

Apenas após validação da fiscalização quanto ao cumprimento dos SLAs e entrega de todos os relatórios exigidos.

c) Glosas e Penalidades

Redução proporcional do valor mensal conforme a seguinte matriz:

Faixa de Disponibilidade Percentual de Redução no Pagamento	
----- -----	
>= 99%	Sem desconto
95% a 98,9%	Redução de 5%
90% a 94,9%	Redução de 10%
Abaixo de 90%	Redução de 25% ou suspensão total

d) Registro e Controle

As medições serão baseadas em ferramentas de monitoramento da contratada, com direito de auditoria por parte da Administração.

e) Disposições Finais

Todas as condições descritas deverão constar expressamente do contrato, nos seus anexos e nas minutas de SLA, garantindo objetividade e segurança jurídica na execução do contrato.

7.9. Das Sanções Administrativas

7.9.1 Será impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a licitante que incorrer em qualquer das condutas infracionais previstas, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, como a declaração de inidoneidade, além das multas previstas neste Termo de Referência, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital

b) Sendo convocada dentro do prazo de validade da proposta, não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho;

c) Apresentar documentação ou declaração falsa;

d) Causar, por ação ou omissão, o retardamento injustificado da execução contratual;

e) Não manter sua proposta, sem justificativa aceita pela Administração;

f) Falhar na execução do contrato ou fraudar sua execução;

g) Comportar-se de maneira inidônea;

h) Cometer fraude fiscal.

7.9.2. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**, pela inexecução total ou parcial do objeto contratual, e assegurada a prévia defesa da CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) **Advertência**, por infrações leves ou de natureza formal;
- b) **Multa compensatória**, equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal global do serviço contratado, em caso de descumprimento relevante das obrigações pactuadas.

7.9.3. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços contratados, poderá ser aplicada **multa moratória diária de 0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor global do serviço, limitada a 10% (dez por cento), observada a garantia do contraditório e da ampla defesa.

7.9.4. Caso o atraso injustificado na entrega ou execução do serviço contratado ultrapasse 30 (trinta) dias corridos, poderá ser instaurado processo de **rescisão contratual**, conforme disposições previstas na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8. Do reajuste

8.1. A CONTRATADA poderá solicitar o **reajuste dos valores contratados** por ocasião da prorrogação do contrato, sendo o índice aplicável o **IST – Índice de Serviços de Telecomunicações**, disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) por meio de seu portal oficial (www.anatel.gov.br), ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

8.2. O primeiro reajuste poderá ser concedido **após 12 (doze) meses** contados da **data limite para apresentação da proposta** registrada no instrumento convocatório que deu origem ao contrato. Os reajustes subsequentes deverão obedecer ao mesmo intervalo mínimo de **12 (doze) meses** entre si.

8.3. O cálculo do reajuste tomará por base o **índice acumulado nos 12 (doze) meses anteriores** à data da apresentação da proposta ou ao mês subsequente ao último reajuste concedido.

8.4. A formalização do reajuste será feita por **apostilamento**, nos termos do **art. 136 da Lei nº 14.133/2021**, exceto nos casos em que coincida com a prorrogação contratual, hipótese em que deverá ser realizada por **termo aditivo**.

9. Critérios de seleção do fornecedor

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma

ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Será considerado vencedor o fornecedor que apresentar proposta com MENOR PREÇO. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante o Anexo deste Termo de Referência.

9.2. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

Com base no art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, segundo o qual o SRP pode ser utilizado “V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

9.2.1. Da Justificativa para a não abertura da IRP

Com base no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, **recomenda-se a não abertura da Intenção de Registro de Preços (IRP)**, indicando o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) como **único contratante**, tendo em vista as razões expostas no item 24, do Estudo Técnico Preliminar anexo.

9.3. Critério de Habilitação Técnica

9.3.1. A operadora ou sua parceira comercial deverá possuir licença própria e válida SCM- Serviço de Comunicação Multimídia, licenciada pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

9.3.2. As licitantes devem comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstrem experiência em fornecer bens e serviços similares aos da licitação.

Os atestados devem comprovar o fornecimento de um percentual mínimo de 50% (36 unidades Item 1 e 05 unidades do Item 3) do quantitativo estimado no Termo de Referência, incluindo garantia e assistência técnica.

Contratos já executados ou em execução podem ser utilizados para comprovação, podendo ser cumulativos em múltiplos contratos.

9.4. Vistoria Técnica

9.4.1 Realização da Vistoria (Recomendada)

- Com o objetivo de permitir o correto dimensionamento e a adequada elaboração da proposta, o licitante poderá, a seu critério, realizar vistoria técnica, total ou parcial, nos locais de execução dos serviços.
- A vistoria deverá ser acompanhada por servidor designado pela CONTRATANTE.
- Poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, em horário previamente acordado.
- O agendamento da vistoria deverá ser solicitado com antecedência pelos seguintes canais:
 - **E-mails:** gabsti@tre-am.jus.br e coinff@tre-am.jus.br
 - **Telefone:** (92) 3632-4460
- Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, assumirá integral responsabilidade por sua proposta, declarando expressamente que aceita as condições estabelecidas neste Termo de Referência, com base em um dos modelos constantes do Anexo II.

9.4.2. Prazo para Realização da Vistoria

- O prazo para realização da vistoria terá início no primeiro dia útil após a publicação do Edital.
- O prazo se estenderá até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.4.3. Identificação do Responsável pela Vistoria

- Para a realização da vistoria, o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado.

9.4.4. Localidades Abrangidas

- A relação dos municípios onde serão instaladas as antenas LEO está disponível no Anexo I - Relação de Localidades.
- Os endereços constantes referem-se à localização dos cartórios eleitorais nos respectivos municípios.
- Para as ações itinerantes, poderão ser consideradas outras localidades situadas dentro da jurisdição dos municípios listados.

9.5. Para fins de habilitação, deverá também o licitante comprovar os seguintes requisitos documentais:

9.5.1. A licitante, na condição de empresa titular dos serviços ou de parceira comercial, deverá comprovar que a(s) Estação(ões) Terrena(s) de Acesso encontra(m)-se localizada(s) em território brasileiro, conforme exigência da **Resolução nº 748 da Anatel**, de 22 de outubro de 2021, que aprova o Regulamento Geral de Exploração de Satélites (RGES).

9.5.2. Tal comprovação deverá ser feita mediante apresentação da **Licença para Funcionamento de Estação**, expedida pela ANATEL. A ausência deste documento implicará a **desclassificação** da proposta.

9.5.3. No caso de a empresa proponente não ser a titular dos serviços, mas atuar como parceira comercial, a relação jurídica entre as

partes deverá ser formalmente comprovada. Para isso, será necessário apresentar **Termo de Contrato vigente** ou outro **documento comercial equivalente** que evidencie a parceria e permita à proponente utilizar a documentação da empresa titular dos serviços.

9.5.4. Deverá ser apresentado o **Termo de Direito de Exploração de Satélite, emitido pela ANATEL**, em nome da empresa fornecedora do segmento espacial. O documento deve estar nos termos da **Resolução nº 748 da Anatel**, de 22 de outubro de 2021.

9.5.5. As licitantes deverão apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o lote único de suas proposta em relação aos itens a serem licitados.

9.5.6. A licitante deverá apresentar **Atestado de Vistoria Técnica**, devidamente assinado por representante da empresa e servidor designado pelo TRE-AM. Alternativamente, poderá apresentar **declaração formal de renúncia ao direito de vistoria**, afirmando conhecer integralmente as condições do local e da execução dos serviços, não podendo, em hipótese alguma, alegar impedimentos ou desconhecimento técnico posterior.

9.5.7. Serão exigidas **Certidões Negativas de Pedido de Falência** atualizadas, emitidas pelo cartório distribuidor da sede da empresa. Tais certidões são dispensadas apenas se constarem válidas no sistema SICAF. Adicionalmente, a licitante deverá comprovar regularidade junto ao **CADIN** (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal) e apresentar documentação comprobatória de **regularidade trabalhista**.

9.5.8. A empresa titular dos serviços ou sua parceira comercial deverá apresentar licença válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL.

9.5.9. O pregoeiro poderá, no curso do certame, especialmente durante diligências complementares, **solicitar documentos adicionais** que julgar necessários à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados e declarações apresentadas. Entre esses documentos, poderá ser exigida a apresentação de **cópia digital de nota fiscal** referente a serviço citado no atestado.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 5.850.459,36

10.1. Estimativa atualizada registrada por pesquisa oficial de preços TRE-AM , SEI 0005178-36.2025.6.04.0000, doc. 0000709177- SEAQ:

Valor para 24 meses: R\$ 5.850.459,36 (CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E CINQUENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)

11. Adequação orçamentária

Para custear a aquisição serão usados os recursos destinados na Ação:

Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0013 - Julgamento de causas e gestão.

Gestão/Unidade: 070003 (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS).

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenador Infraestrutura

RUBENS ANTONIO PINTO SOARES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Chefe SERET

RODRIGO PINTO DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 631/2025

ANTONIO CARLOS DE CASTRO MOREIRA

Membro da comissão de contratação

APÊNDICE I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Estudo Técnico Preliminar 8/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 0005178-36.2025.6.04.0000

2. Objeto da Contratação

2.1. Contratação da prestação de serviços de link de comunicação nas unidades da justiça eleitoral, no interior do Estado, sede do tribunal e infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público.

3. Descrição da necessidade

3.1. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir comunicação de dados eficiente para as unidades da Justiça Eleitoral do Amazonas, especialmente em áreas **sem infraestrutura de comunicação terrestre adequada**. A medida visa aumentar a produtividade e assegurar o cumprimento das atribuições institucionais.

3.2. O TRE-AM possui contrato vigente (nº 019/2021) com término previsto para Jan/2026. No entanto, a tecnologia atualmente utilizada não atende mais à crescente demanda e aos picos de uso nos Cartórios do Interior, exigindo **celeridade na nova contratação**.

3.3. A solução de comunicação via satélite apresenta aspectos **vantajosos** em comparação às tecnologias terrestres tradicionais, conforme quadro abaixo:

Aspecto	Redes de Satélite	Fibra Óptica (terrestre)
Cobertura geográfica	Abrange áreas remotas e de difícil acesso, sem infraestrutura terrestre	Limitada à infraestrutura terrestre instalada
T e m p o de implantação	Rápida instalação, especialmente em locais isolados	Lenta e cara em áreas remotas, exige obras civis
Mobilidade	Possibilita conectividade móvel (ex: satélite LEO, VSAT móvel)	Fixação em pontos com cabeamento instalado
Resiliência	Menor impacto de desastres naturais locais (alheio ao terreno)	Vulnerável a rompimentos de cabos por obras, enchentes etc.
Custo em áreas remotas	Mais viável economicamente em locais de difícil acesso	Custo elevado em áreas sem rede instalada
Disponibilidade imediata	Conectividade quase imediata após instalação do terminal	Pode levar meses para chegar a localidades sem rede
Flexibilidade de uso	Ideal para operações temporárias, emergenciais ou itinerantes	Mais adequado para locais fixos e com alta densidade urbana

3.4. Apesar de algumas unidades da Justiça Eleitoral do Amazonas apresentarem infraestrutura terrestre adequada, como o Município de Iranduba/AM, e outras **sem infraestrutura de comunicação terrestre adequada**, como o Município de Japurá/AM), entende-se que a contratação integral de serviço de link de comunicação via satélite para todos os municípios representa vantajosidade técnica, econômica e operacional para a Administração Pública, pelas seguintes razões:

Aspectos Técnicos

- Cobertura uniforme, inclusive em áreas remotas e de difícil acesso.
- Maior resiliência a falhas físicas (rompimento de cabos) e eventos climáticos.
- Suporte à mobilidade e atendimento a unidades itinerantes ou emergenciais (como postos eleitorais móveis).

Aspectos Econômicos

- Possibilidade de ganho de escala na contratação.
- Maior previsibilidade orçamentária, com custos homogêneos por ponto.
- Redução de custos indiretos com gestão, suporte técnico e manutenção.
- Centralização da contratação em um único fornecedor, com menor risco de sobreposição ou duplicidade contratual.

Aspectos Operacionais

- Implantação mais rápida e simplificada, sem necessidade de obras civis ou infraestrutura local.
- Eliminação da dependência de licenças ou autorização de concessionárias diversas.
- Padronização dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) e das soluções tecnológicas.
- Facilidade no monitoramento, fiscalização e controle contratual.
- Evita a fragmentação de fornecedores, tecnologias e interfaces de atendimento.

3.5. Diante dos aspectos técnicos, econômicos e operacionais apresentados, **constata-se** que, especialmente em regiões de grande extensão territorial e com desafios logísticos significativos, como o interior da Amazônia, a **contratação integral de links via satélite representa a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em comparação às tecnologias terrestres tradicionais**, assegurando abrangência, eficiência operacional, economia e maior controle contratual — requisitos essenciais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços da Justiça Eleitoral.

3.6. Demanda Específica do TRE-AM

A contratação do serviço de comunicação por satélite visa atender às seguintes unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM):

Item 1 – Unidades Fixas (72 unidades)

Cartórios Eleitorais: 61 unidades

TRE-AM – Sede: 1 unidade

Reserva Técnica: 10 unidades

Item 2 – Unidades Itinerantes (10 unidades)

Atendimento Itinerante: 10 unidades

4. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

4.1 Alinhamento Estratégico

4.1.1. A contratação da solução de comunicação está alinhada ao Planejamento Estratégico vigente (2021-2026) e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). A presente contratação está prevista no plano de contratação do TRE /AM 2025.

4.1.2. Alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC): objetivo estratégico “Prover e aprimorar infraestrutura para os serviços de TIC”.

4.1.3. Alinhada ao Plano Estratégico Institucional do TRE-AM: objetivo “Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”.

4.2. Requisitos Legais

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Norma geral para licitações e contratos da Administração Pública.
- Decreto nº 11.462/2023 de 31 de Março de 2023 – Dispõe sobre Sistema de Registro de Preço.
- Resolução CNJ nº 468/2022: Diretrizes para contratações de TIC no CNJ.
- Resolução CNJ nº 370/2021: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022: Processo de contratação de soluções de TIC no SISP.
- Lei nº 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados): Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais.
- Resolução TSE nº 23.644/2021: Política de Segurança da Informação (PSI) na Justiça Eleitoral.
- Resolução TSE nº 23.702/2022: Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras

providências.

- Resolução CNJ nº 400/2021: Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e a outras legislações aplicáveis;
- Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3. Requisitos de Capacitação

4.3.1. Será necessário **treinamento à equipe que atuará com a solução** no que se refira à ferramentas próprias de gestão da contratada em relação aos links instalados e na implementação de novas soluções /configurações se necessário.

4.4. Requisitos de Manutenção, Suporte técnico e Garantia

- A contratada é responsável, de forma exclusiva, pela manutenção preventiva e corretiva de todos os enlaces de dados e equipamentos instalados.
- Alterações ou reconfigurações devem ser previamente autorizadas pela contratante com antecedência mínima de 2 dias úteis.
- Deve ser oferecido suporte técnico gratuito, 12 horas por dia, 7 dias por semana, via número nacional (0800).
- O atendimento será em língua portuguesa, ininterruptamente.
- Cada atendimento deve gerar um número de protocolo para rastreamento.
- O atendimento ao reparo deverá iniciar em até 4 horas após a abertura do chamado.
- O prazo máximo para resolução das falhas será de até 2 dias úteis.
- Em localidades a mais de 500 km da capital, ou com acesso por transporte fluvial/marítimo, o prazo estende-se para até 4 dias úteis.
- Em caso de defeito na IDU que comprometa os circuitos, a substituição deve ser imediata e sem custos adicionais ao TRE-AM.
- Nos 5 dias anteriores a qualquer eleição, a contratada deve realizar manutenção preventiva completa nos enlaces e equipamentos instalados, garantindo pleno funcionamento.
- Todos os custos com materiais, transporte, instalação, substituições, apontamento de antenas, testes e ajustes são de responsabilidade da contratada.
- Na véspera e no dia da eleição, a contratada deverá disponibilizar presencialmente, na sede do TRE-AM, um coordenador ou gestor técnico responsável pelo acompanhamento da operação dos links e pela comunicação com as equipes em campo.

4.5. Requisitos de Habilitação Técnica

Encontram-se detalhados no Termo de Referência - versão 08/04/2026, item 9.

4.6. Requisitos de Garantia de execução contratual

4.6.1. Garantia da contratação conforme Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Requisito de Transferência de Tecnologia

4.7.1. Compõe o escopo de fornecimento, de forma obrigatória, toda a documentação técnica e de usuário relacionada aos componentes integrantes da solução contratada. Essa documentação deverá assegurar ao TRE-AM o pleno acesso ao conhecimento necessário para absorção e domínio das técnicas e tecnologias envolvidas, incluindo, obrigatoriamente, manuais de instalação, operação e configuração dos equipamentos e sistemas.

4.8. Requisitos de Segurança, Privacidade e Segurança da Informação

4.8.1. A contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por sua rede de comunicação, conforme boas práticas de segurança da informação.

4.8.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

4.9. Requisitos de Sustentabilidade

4.9.1. A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade durante a execução dos serviços, incluindo:

- Destinação ambientalmente adequada de equipamentos substituídos;
- Eficiência energética dos equipamentos fornecidos;
- Redução de emissão de gases poluentes durante o transporte e instalação.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1 A contratada deverá realizar visita técnica agendada aos locais de instalação para avaliar as condições específicas e assegurar a conformidade, qualidade e estabilidade do serviço, especialmente em regiões de difícil acesso.

4.10.2. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviço de comunicação satelital, **com início em até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. Necessidades de Negócio

5.1. A Justiça Eleitoral do Estado do Amazonas atua em um território de dimensões continentais, com grande parte de suas unidades localizadas em áreas remotas, ribeirinhas e de difícil acesso. Nessas localidades, a ausência ou a limitação da infraestrutura terrestre de telecomunicações dificulta a utilização de meios convencionais de conectividade, como fibra óptica ou redes 4G. Essa limitação compromete a continuidade e a eficiência das atividades jurisdicionais e administrativas desenvolvidas pelos Cartórios Eleitorais e demais unidades da Justiça Eleitoral.

5.2. A transformação digital e a crescente demanda por serviços eletrônicos, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o sistema Elo, o Cadastro Eleitoral, entre outros, tornam **imprescindível a existência de um serviço de comunicação de dados estável, contínuo e seguro**, independentemente das limitações geográficas. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de solução de comunicação via satélite, que viabilize a conectividade nas localidades não atendidas pelas redes terrestres convencionais.

5.3. A necessidade de negócio, portanto, está diretamente relacionada ao **cumprimento da missão institucional da Justiça Eleitoral**, garantindo o pleno funcionamento dos sistemas, a prestação jurisdicional célere e eficiente, e o atendimento adequado à população em todas as regiões do Estado. A solução proposta busca ainda atender unidades móveis e itinerantes, assegurando comunicação em eventos eleitorais, revisões biométricas e demais ações descentralizadas promovidas pelo Tribunal.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COINF	RUBENS ANTONIO PINTO SOARES

7. Necessidades Tecnológicas

7.1. Licenciamento

- A operadora ou sua parceira contratada deverá possuir licença válida do SCM - Serviço de Comunicação Multimídia, emitida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

7.2. Especificações Técnicas da Tecnologia Ofertada

7.2.1. A tecnologia de comunicação ofertada deverá atender, no mínimo, os parâmetros identificados na Descrição da Solução de TIC a ser contratada, item 13, deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2.2. Gestão e Equipamentos

- Ponto de gestão: deverá ser fornecido hardware de tecnologia SD-WAN em cada ponto de instalação;
- Equipamentos e acessórios: deverão ser fornecidos em regime de comodato, incluindo todos os componentes (hardware e software) necessários à plena operação do serviço.

7.2.3. Franquia de Dados e Monitoramento do uso

- A contratada deverá disponibilizar franquia mensal de dados (não cumulativa), com limites definidos conforme o item contratado (Item 1 ou Item 3);
- A pedido do CONTRATANTE, a contratada deverá configurar o envio de alertas por e-mail ou aplicativo informando quando o consumo do link se aproximar do limite contratado;
- O consumo de dados de cada link deverá ser acompanhado em portal online dedicado, disponibilizado pela contratada;
- O esgotamento da franquia mensal resultará em redução de velocidade do serviço em 50%, até o reinício do ciclo mensal ou contratação de pacote adicional;
- O uso de pacote adicional somente será permitido mediante autorização expressa do gestor do contrato;
- A contratada deverá habilitar a franquia adicional em até 24 horas após a abertura de chamado técnico ou envio da ordem de serviço.

7.2.4. Monitoramento e Gestão do link

- Plataforma de monitoramento e gerenciamento dos enlaces, com acesso pela CONTRATANTE em tempo real;
- Geração de relatórios mensais com indicadores de SLA, disponibilidade e desempenho;
- Notificações automáticas de falhas ou degradações.

7.2.5. Certificações e Conformidade

- Equipamentos com certificação Anatel;
- Solução em conformidade com as normativas da LGPD, Marco Civil da Internet e padrões técnicos da Justiça Eleitoral.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	ACESSO À INTERNET TIPO 1: Serviço Corporativo para uso fixo com franquia mínima de 500GB de característica continuada	72
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA O ITEM 1	72
3	ACESSO À INTERNET TIPO 2: Serviço Corporativo Franqueado para uso transportável com franquia 50 GB de característica continuada	10
4	PACOTES ADICIONAIS - FRANQUIA 50 GB	72
5	REMANEJAMENTO INTERNO	20
6	REMANEJAMENTO EXTERNO	20

9. Levantamento de soluções

9.1. A contratação **integral de link de satélite** para todos os municípios, especialmente em estados como o Amazonas, pode representar **vantajosidade para a Administração Pública** em diversas situações, quando comparada à solução mista (parte via satélite e parte via link terrestre ou fibra óptica). Abaixo estão os **principais argumentos técnicos, econômicos e operacionais**, organizados por dimensão:

Quadro Comparativo – Vantajosidade da Contratação Integral por Satélite

Aspecto	Solução Integral via Satélite	Solução Mista (Satélite + Terrestre/Fibra)
Padronização e gestão do contrato	Um único fornecedor , com mesma tecnologia, SLAs e interface de atendimento. Simplifica a gestão, fiscalização e o acompanhamento de desempenho	Múltiplos contratos , fornecedores e tecnologias diferentes, aumentando a complexidade da gestão, riscos de inconsistência técnica e conflitos
Implantação e logística	Instalação uniforme , logística otimizada e cronograma padronizado, inclusive em áreas remotas	Prazos variados e risco de atraso em localidades dependentes de obras de rede terrestre
Abrangência e equidade territorial	Garante conectividade para 100% dos municípios, sem discriminação por localização	Municípios remotos podem ficar sem atendimento ou com atrasos, mantendo desigualdade no acesso
Resiliência e continuidade	Solução menos vulnerável a falhas causadas por rompimento físico de cabos, enchentes, deslizamentos ou vandalismo	Links terrestres são mais vulneráveis a falhas físicas e climáticas, exigindo manutenção local e maior tempo de reparo
Custo total de operação	Possibilidade de ganhos de escala , negociação de valores mais vantajosos e redução de custos indiretos com operação e suporte técnico	Custos variáveis por tecnologia/localidade, além de possível duplicidade de equipes de suporte e monitoramento
Mobilidade e serviços emergenciais	Facilidade de realocação e suporte a unidades móveis, itinerantes ou temporárias (como eleições, desastres, zonas eleitorais flutuantes)	Links terrestres são fixos, sem flexibilidade operacional
Tempo de ativação	Ativação rápida após entrega dos equipamentos , sem depender de obras civis ou autorização de terceiros	A depender de redes existentes, pode exigir licenciamento, escavação, licitações complementares e contratos com concessionárias
Previsibilidade orçamentária	Custo consolidado e previsível por ponto instalado, com menor variação intermunicipal	Diferença acentuada de preços por tecnologia e localização

9.1.2. Conforme observado, a **adoção integral da solução via satélite** representa uma estratégia **mais eficiente, inclusiva e de menor risco operacional** para a Administração Pública em contextos como o do Amazonas, onde:

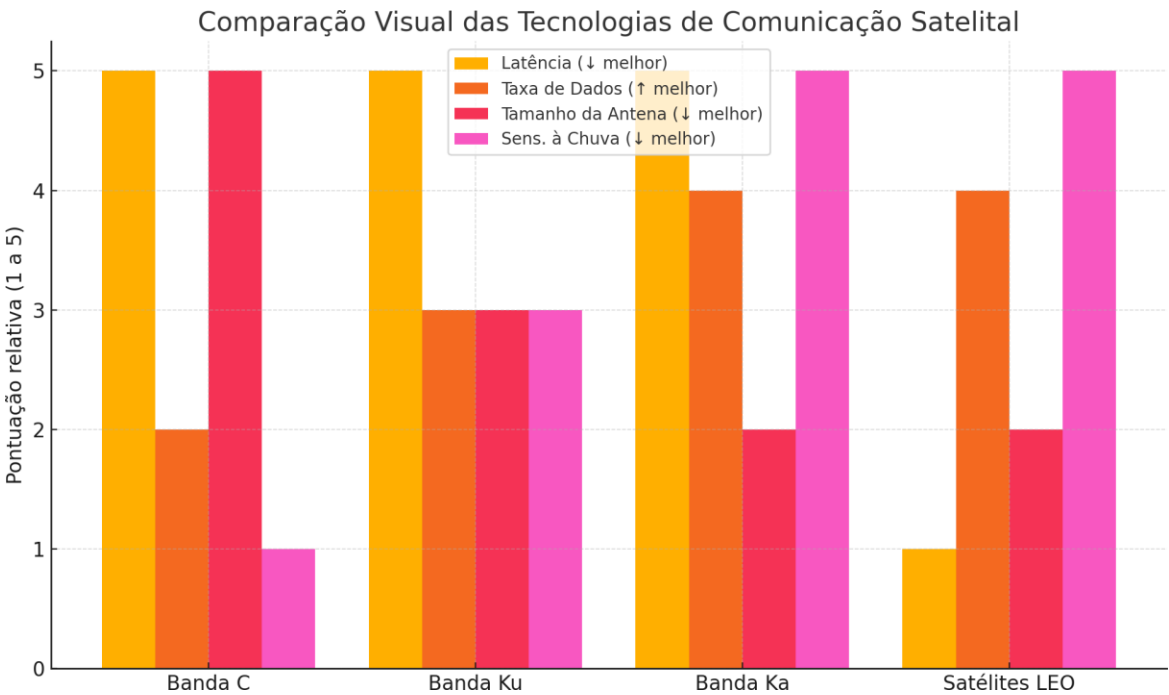
- Há grande extensão territorial,
- Diversos municípios não contam com infraestrutura terrestre adequada,
- A Justiça Eleitoral necessita de rápida ativação, mobilidade e cobertura uniforme.

9.1.3. Essa opção assegura **conectividade universal, implantação célere, controle contratual unificado e melhor atendimento às políticas públicas de inclusão digital e acesso à justiça**, o que justifica sua vantajosidade frente ao modelo híbrido.

9.2. Tecnologias de links de satélite de comunicação disponíveis no mercado

- a. Comunicação satelital de dados usando tecnologia em Banda C:
- b. Comunicação satelital de dados usando tecnologia em Banda Ku:
- c. Comunicação satelital de dados usando tecnologia em Banda Ka:
- d. Comunicação satelital de dados usando tecnologia em Órbita Baixa (LEO):

Tecnologia	Frequência	Latência	Taxa de Dados	Tamanho da Antena	Sensibilidade à Chuva	Aplicações Típicas
Banda C	4-8 GHz	Alta (GEO)	Baixa a média	Grande	Baixa	TV, redes corporativas, áreas tropicais
Banda Ku	12-18 GHz	Alta (GEO)	Média a alta	Média	Média	Internet via satélite, TV por assinatura
Banda Ka	26.5-40 GHz	Alta (GEO)	Alta	Pequena	Alta	Internet de alta velocidade, aplicações móveis
Satélites LEO (Banda Ku/Ka)	Varia (Ku, Ka, etc.)	Baixa (~20-40 ms)	Alta	Pequena	Alta	Internet rural/remota, comunicações em tempo real



9.4.1. Aqui está o gráfico comparativo das tecnologias de comunicação satelital. Apresenta a pontuação relativa (de 1 a 5) para cada critério:

- **Latência** (quanto menor, melhor)
- **Taxa de dados** (quanto maior, melhor)
- **Tamanho da antena** (quanto menor, melhor)
- **Sensibilidade à chuva** (quanto menor, melhor)

10. Análise comparativa de soluções

10.1. Este tópico tem por objetivo apresentar uma análise técnica das principais tecnologias de comunicação satelital disponíveis no mercado, com vistas à contratação de serviços adequados às necessidades de comunicação de dados em localidades remotas e de difícil acesso. A avaliação considera aspectos como desempenho, viabilidade técnica, custo de implementação e adequação ao uso em infraestrutura móvel ou transportável.

10.2. Destacam-se quatro tecnologias principais no segmento de comunicação satelital, a saber: Banda C, Banda Ku, Banda Ka e satélites em Órbita Baixa (LEO – *Low Earth Orbit*). A seguir, são detalhadas as características, vantagens e limitações de cada uma.

10.2.1. Comunicação Satelital de Dados – Banda C

A Banda C opera em faixas de frequência tradicionalmente utilizadas em serviços de telecomunicações, como televisão por assinatura, transmissão de vídeo e telefonia. Quando empregada para acesso à internet, contudo, apresenta desempenho limitado.

- Velocidade de acesso: entre alguns Mbps e dezenas de Mbps.
- Desempenho: insuficiente para atender às demandas modernas de comunicação em áreas remotas.
- Infraestrutura: exige instalação de equipamentos com custo elevado e grande porte.
- Mobilidade: não viabiliza soluções móveis ou transportáveis.

Conclusão técnica: trata-se de uma tecnologia obsoleta para os fins propostos, com alto custo e baixo desempenho operacional.

10.2.2. Comunicação Satelital de Dados – Banda Ku

A Banda Ku permite velocidades superiores às da Banda C, sendo utilizada para navegação na web, streaming de vídeo em alta definição, transferência de arquivos e outras atividades online. Apesar disso, apresenta limitações práticas.

- Velocidade de acesso: adequada para atividades comuns, com desempenho variável.
- Influência externa: performance afetada por largura de banda compartilhada, localização e condições atmosféricas.
- Custo-benefício: considerado desproporcional em experiências anteriores.
- Infraestrutura: custo inferior ao da Banda C, mas sem suporte nativo para aplicações móveis sem adaptações.

Conclusão técnica: embora superior à Banda C, a Banda Ku não atende integralmente às demandas atuais e apresenta relação custo-benefício desfavorável.

10.2.3. Comunicação Satelital de Dados – Banda Ka

A Banda Ka representa uma evolução em relação às bandas anteriores, com maior largura de banda e melhor desempenho para serviços de internet e comunicação de dados.

- Velocidade de acesso: significativamente superior às bandas C e Ku.
- Custo-benefício: favorável, em razão de tecnologias mais modernas e maior eficiência.
- Infraestrutura: custo mais acessível e possibilidade de uso com equipamentos móveis ou transportáveis, sem necessidade de personalização.

Conclusão técnica: apresenta-se como alternativa viável para atendimento das demandas, porém tecnologicamente ultrapassada e com dificuldades para suporte e manutenção atualmente no mercado.

10.2.4. Comunicação Satelital de Dados – Satélites em Órbita Baixa (LEO)

As soluções baseadas em satélites em Órbita Baixa vêm se consolidando como tendência no mercado mundial. Constelações como as da SpaceX (Starlink) e OneWeb buscam oferecer internet de alta velocidade com cobertura global.

- Latência: significativamente reduzida em comparação com satélites geoestacionários.
- Velocidade de transmissão: alta, com potencial para suportar aplicações em tempo real.
- Custo: mais acessível para o usuário final.
- Inovação: tecnologia emergente, com investimentos robustos e ampla escalabilidade.

Conclusão técnica: tecnologia promissora, adequada às necessidades de conectividade em regiões remotas, com desempenho superior e viabilidade econômica crescente.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) possui contrato vigente relacionado ao tema, de número 019/2021. Conforme já mencionado na análise, a tecnologia atualmente contratada é a de banda KA, a qual não mais atende adequadamente aos picos de serviço e às necessidades de aplicação da Justiça Eleitoral nos cartórios localizados no interior do Estado.

11.2. O valor anual da contratação atual é de R\$ 2.250.412,91, já atualizado monetariamente para o exercício corrente. A seguir, apresenta-se um resumo dos custos por unidade, conforme itens contratados:

- Link de Comunicação 150 GB (Item 2): R\$ 1.324,26
- Link de Comunicação 70 GB (Item 3): R\$ 760,01
- Pacote Adicional de 50 GB (Item 4): R\$ 322,43
- Locação de Estação VSAT Fixa (Item 5): R\$ 921,23
- Remanejamentos (Itens 6 e 7): R\$ 1.497,00

11.3. Estimativa atualizada registrada por pesquisa oficial de preços TRE-AM, SEI 0005178-36.2025.6.04.0000, doc. 0000709177- SEAQ:

Valor para 24 meses: **R\$5.850.459,36 (CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E CINQUENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)**

12. Registro de soluções consideradas inviáveis

- Tecnologias analisadas e consideradas inadequadas:
 - Banda C;
 - Banda Ku;
 - Banda Ka.
- Motivos para desconsideração das Bandas C e Ku:
 - São tecnologias obsoletas para aplicações que exigem alta disponibilidade e uso intensivo de ferramentas web;
 - Apresentam escassez de suporte técnico, garantias e serviços de manutenção;
 - Comprometem a confiabilidade e a continuidade operacional;
- Situação da Banda Ka:
 - Corresponde à tecnologia atualmente contratada pelo TRE-AM;
 - Encontra-se em processo de obsolescência gradual, diante de novas demandas e requisitos técnicos;
 - Será mantida na análise comparativa de custos por ser uma despesa vigente, ainda que limitada em desempenho.
- Inviabilidade para uso móvel:
 - Nenhuma das tecnologias (Bandas C, Ku e Ka) apresenta viabilidade técnica e econômica para soluções móveis;
 - Não oferecem suporte eficiente e justificável economicamente para aplicações em mobilidade, sendo inadequadas para esse fim.

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

13.1. A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a ser contratada consiste na prestação de serviços de comunicação de dados por meio de **link satelital**, abrangendo duas modalidades: **link via satélite de baixa órbita (LEO)** e **link satelital móvel**, ambos com capacidade de acesso à internet e suporte à operação de sistemas corporativos da Justiça Eleitoral.

13.2. A contratação visa atender às unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), localizadas tanto na capital quanto em municípios do interior, incluindo cartórios eleitorais, postos avançados de atendimento ao público e estruturas temporárias, como zonas eleitorais itinerantes. Dada a carência ou inexistência de infraestrutura terrestre de telecomunicações em diversas localidades, a

solução satelital representa a única alternativa tecnicamente viável para garantir conectividade adequada, estável e segura.

13.3. A tecnologia LEO oferece comunicação de dados com **baixa latência, alta disponibilidade e maior largura de banda**, permitindo o funcionamento eficiente de sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Sistema Elo, o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias (SPCE), além de ferramentas corporativas baseadas na web e serviços em nuvem. Já a modalidade de **link satelital móvel** permite o deslocamento e ativação rápida do serviço em locais remotos, em caráter temporário ou emergencial, como durante eleições, revisões de eleitorado ou desastres naturais.

13.4. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviço de comunicação satelital, com início em **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.

13.5. Para o concentrador no DataCenter sede TRE-AM, instalação de (2) dois ativos físicos com tecnologia SD-WAN, modo alta performance (HA), regime de comodato, para a gestão dos links ativos da contratação, especificações:

13.5.1. Visão Geral da Solução

A solução SD-WAN deverá prover **conectividade segura, resiliente e gerenciada de forma centralizada** entre o DataCenter do TRE-AM e aproximadamente **70 unidades remotas (cartórios eleitorais)**, suportando múltiplos links WAN por localidade, priorização de aplicações críticas, criptografia forte, alta disponibilidade e visibilidade operacional.

A arquitetura deverá contemplar **concentradores físicos em alta disponibilidade (HA)** instalados no DataCenter sede, responsáveis por:

- Terminação das VPNs SD-WAN/IPsec dos cartórios;
- Orquestração e controle de políticas de tráfego;
- Integração com o núcleo de rede e com soluções de segurança existentes.

13.5.2. Requisitos de Hardware – Concentrador SD-WAN (DataCenter)

1. Os equipamentos fornecidos deverão ser **100% novos**, sem uso anterior, em embalagem original de fábrica, com lacres e selos de autenticidade intactos.
2. O fornecedor deverá apresentar **Certificado de Autenticidade do Fabricante e Nota Fiscal**, comprovando procedência, suporte oficial e que o fabricante possui **representatividade e atuação reconhecida no mercado corporativo/governamental**.
3. A solução deverá ser composta por **02 (dois) equipamentos físicos idênticos**, operando em **cluster de alta disponibilidade (HA)**, em modo **ativo/ativo ou ativo/passivo**, com failover automático e transparente.
4. Cada equipamento deverá suportar, no mínimo:
 - **2,5 Gbps de throughput mínimo garantido agregado criptografado (IPsec/SD-WAN)** oriundo das VPNs dos cartórios;
 - Capacidade de crescimento por licenciamento ou upgrade sem substituição imediata do hardware.
5. Interfaces físicas mínimas por equipamento:
 - **04 (quatro) portas Ethernet 10/100/1000 Mbps RJ-45**, com auto-negociação de velocidade e duplex;
 - **02 (duas) portas Ethernet 10 Gigabit RJ-45**;
 - As interfaces deverão permitir uso flexível (LAN, WAN).
6. O equipamento deverá possuir:
 - **02 (duas) fontes de alimentação redundantes**, hot-swappable;
 - Operação em **100–127V e 200–240V**, 50/60Hz.
7. O equipamento deverá ser compatível com **rack padrão 19"**, ocupando no máximo **2U**, e acompanhado de **kit completo de fixação**.

13.5.3. Requisitos Funcionais de SD-WAN

A solução SD-WAN deverá operar de forma integrada entre:

- Concentradores do DataCenter;
- Gateways SD-WAN dos cartórios;
- Eventual núcleo de rede ou borda de Internet, com **gestão centralizada em interface única**.

Deverá suportar **balanceamento de carga dinâmico de tráfego WAN**, considerando:

- Largura de banda;
- Latência;
- Jitter;
- Perda de pacotes;
- Disponibilidade do link.

A seleção do circuito WAN de saída deverá ser influenciada por **políticas definidas pelo administrador**, baseadas, no mínimo, em:

- Tipo de aplicação;
- Endereço IP, sub-rede, protocolo ou porta;
- Qualidade do link;
- Prioridade de serviço.

Deverá permitir **priorização de aplicações críticas** (ex.: sistemas eleitorais, VPN institucional, videoconferência, VoIP), com mecanismos de **QoS e Application-Aware Routing**.

A solução deverá permitir a utilização simultânea de **múltiplos tipos de links WAN**, incluindo:

- MPLS;
- Internet dedicada;
- Banda larga (fibra, rádio).

Segurança e Criptografia

Todo o tráfego entre o concentrador e os cartórios deverá ser protegido por **criptografia forte**, utilizando no mínimo:

- **IPsec com AES-256**, SHA-2 e troca de chaves segura;
- Suporte a certificados digitais ou autenticação robusta.

Deverá permitir **segmentação lógica de tráfego** (VRFs, zonas ou overlays), separando, por exemplo:

- Tráfego administrativo;
- Tráfego de usuários;
- Tráfego de serviços críticos.

A solução deverá integrar-se ou coexistir com **firewalls, IDS/IPS e demais soluções de segurança já existentes no TRE-AM**, sem dependência obrigatória de substituição.

Gestão, Monitoramento e Operação

A solução deverá possuir **plataforma de gerenciamento centralizado**, podendo ser:

- On-premises;
- Cloud gerenciada pelo fabricante;
- Ou híbrida, desde que atenda às políticas de segurança do TRE-AM.

A interface de gestão deverá permitir:

- Visualização em tempo real do status dos pontos;
- Monitoramento de links, túneis, aplicações e desempenho;
- Geração de relatórios históricos;
- Auditoria de alterações e controle de acesso por perfil.

Deverá permitir **provisionamento simplificado (zero-touch provisioning)** para os cartórios, reduzindo necessidade de intervenção local.

Licenciamento, Suporte e Manutenção

Todas as **licenças necessárias ao funcionamento pleno da solução** (SD-WAN, criptografia, gerenciamento, HA e recursos avançados) deverão estar **inclusas durante toda a vigência contratual**, sem custos ocultos.

Em caso de defeito, o equipamento deverá ser **substituído por outro equivalente ou superior**, sem ônus à CONTRATANTE, dentro dos prazos de SLA **definidos no termo de referência**.

Os equipamentos deverão ser **mantidos, atualizados e suportados pela empresa contratada**, sob supervisão e regras estabelecidas pelo TRE-AM.

Escalabilidade

A solução deverá suportar, no mínimo:

- **70 túneis SD-WAN simultâneos**, com possibilidade de expansão;
- Crescimento futuro do throughput e da quantidade de unidades remotas sem troca imediata da plataforma.

13.6. Especificação Técnica – Equipamento SD-WAN para Pontos Remotos (Ponta)

Os pontos remotos deverão ser atendidos por **equipamentos físicos com tecnologia SD-WAN**, destinados à gestão, otimização e segurança dos enlaces de comunicação WAN, observando-se os requisitos mínimos a seguir:

1. Condição e Procedência

- O equipamento fornecido deverá ser **novo, sem uso anterior**, entregue em sua **embalagem original de fábrica**, contendo todos os lacres, selos de garantia e acessórios originais do fabricante.
- O fornecedor deverá apresentar, no momento da entrega, a **Nota Fiscal** e o **Certificado de Autenticidade**, comprovando a procedência legítima do equipamento, bem como garantir que o fabricante possui **reconhecida atuação e reputação no mercado de redes e segurança**.

2. Arquitetura e Capacidade de Conectividade

- Possuir capacidade de utilizar **simultaneamente, no mínimo, 3 (três) circuitos WAN**, tais como:
 - MPLS e acesso à Internet; ou
 - Circuitos de fibra óptica ou outros meios de acesso equivalentes.
- Permitir o **balanceamento de tráfego de saída** entre todos os circuitos WAN conectados.
- Permitir que a **seleção do circuito WAN de saída** seja influenciada por **regras e políticas definidas pelo administrador de rede**, considerando critérios como aplicação, desempenho, disponibilidade ou prioridade.

3. Interfaces de Rede

- Possuir, no mínimo:
 - **03 (três) interfaces Ethernet 10/100/1000 Mbps**, padrão RJ-45, com negociação automática de velocidade e duplex, configuráveis para função WAN;
 - **04 (quatro) interfaces Ethernet 10/100/1000 Mbps**, padrão RJ-45, com negociação automática de velocidade e duplex, para função LAN.

4. Desempenho e Licenciamento

- O equipamento deverá ser fornecido com **licença de software válida durante toda a vigência contratual**, capaz de suportar, no mínimo, **25 Mbps de tráfego criptografado**, considerando funcionalidades de tunelamento seguro (ex.: IPsec ou tecnologia equivalente).
- O desempenho especificado deverá ser garantido com todas as funcionalidades de segurança e SD-WAN habilitadas.

5. Energia e Instalação

- Possuir **fonte de alimentação interna ou externa** compatível com as tensões de **100 a 127V e de 200 a 240V**, com comutação automática ou manual.
- Ser compatível com operação contínua em ambientes corporativos.

6. Gestão, Suporte e Substituição

- Os equipamentos deverão ser **dispositivos físicos**, mantidos, atualizados e suportados pela empresa contratada, conforme **regras, políticas e supervisão do TRE/AM**.
- Em caso de defeito de hardware durante a vigência do contrato, o equipamento deverá ser **substituído por outro equivalente ou superior, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE**, observados os prazos de atendimento definidos no Acordo de Nível de Serviço (ANS/SLA) definido no termo de referência.

7. Compatibilidade com o Concentrador SD-WAN

7.1. Os equipamentos SD-WAN dos pontos remotos **deverão ser plenamente compatíveis com o concentrador/controlador SD-WAN da solução contratada**, permitindo integração nativa e operação conjunta.

7.2. A compatibilidade deverá assegurar, no mínimo:

- Estabelecimento de **túneis criptografados** entre os pontos remotos e o concentrador;
- **Aplicação centralizada de políticas** de roteamento, balanceamento, priorização de tráfego e segurança;
- **Gerenciamento, monitoramento, provisionamento e operação centralizados**, a partir da mesma plataforma utilizada pelo concentrador;
- **Interoperabilidade plena** com todas as funcionalidades de SD-WAN previstas no contrato, incluindo alta disponibilidade e resiliência.

7.3. Eventuais incompatibilidades que impeçam a plena integração entre os equipamentos de ponta e o concentrador serão de **inteira responsabilidade da CONTRATADA**, não sendo admitidos custos adicionais, soluções paliativas ou restrições funcionais à CONTRATANTE.

13.7. ITEM 1: ACESSO À INTERNET – TIPO 1 (USO FIXO)

Trata-se da contratação de serviço corporativo de acesso satelital à internet, destinado ao uso fixo. O acesso deverá ser provido por meio de uma constelação global de satélites em Órbita Terrestre Baixa (LEO), com cobertura em todo o território nacional, disponível integralmente na área geográfica da instalação previamente informada pelo CONTRATANTE.

A capacidade de internet fornecida deverá ser dedicada exclusivamente ao tráfego corporativo, com prioridade em relação ao tráfego de usuários do varejo.

A CONTRATADA deverá:

- Possuir licença ou sua parceira comercial válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL;
- Ser o fabricante ou revenda autorizada da marca do produto/solução ofertada, com comprovação documental ou registro no site oficial do fabricante;
- Fornecer treinamento do tipo *hands-on* à equipe técnica indicada pelo CONTRATANTE;
- Oferecer serviço com característica de contratação continuada;
- Fornecer todos os equipamentos (hardware e software) necessários para o serviço, em regime de comodato, devidamente configurados e administrados pela CONTRATADA, incluindo entrega de senhas de acesso com perfil de consulta de todos os roteadores ou equipamentos gerenciáveis.

Especificações Técnicas Mínimas:

- Serviço dedicado ao uso corporativo;
- Velocidade mínima: 40 Mbps (download) e 08 Mbps (upload);
- Disponibilidade mensal $\geq 99\%$;
- Latência máxima: 100 ms;
- Franquia mensal mínima: **500 GB/mês**;
- Suporte aos protocolos IPv4 e IPv6;
- Suporte a QoS, com possibilidade de priorização de aplicações mapeadas pelo CONTRATANTE;
- Suporte à criptografia AES-128 ou superior;
- Comunicação de dados não interrompida após o consumo da franquia (com aceitação de retirada de prioridade de tráfego);

Requisitos de Hardware:

- Alimentação: 110/220V AC;
- Conectividade: Protocolo Ethernet com conector RJ-45 padrão Gigabit Ethernet;
- Antena: Compacta, tipo *flat panel*, com dimensão máxima de 100 cm em qualquer lado;
- Temperatura de operação: até 50°C ou mais;
- Grau de proteção: mínimo IP54;
- **Equipamento físico com tecnologia SD-WAN para gestão do link, conforme item 13.6;**
- Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) IP público fixo IPv4 por acesso.

13.8. ITEM 2: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO REFERENTE AO ITEM 1

A instalação compreenderá:

- Instalação física e apontamento da antena;
- Instalação e configuração dos ativos de rede necessários à conexão com a rede local da unidade;
- Passagem de cabos e instalação de acessórios, conforme os padrões de encaminhamento da infraestrutura de cabeamento estruturado da unidade;
- Na ausência de padrão de cabeamento, a CONTRATADA deverá providenciar a infraestrutura necessária até a sala de equipamentos;
- Fornecimento de todos os materiais necessários à instalação;
- Equipe identificada para execução dos serviços;
- Locais de instalação definidos no ANEXO I;
- A atividade poderá ser subcontratada conforme necessidade.

13.9. ITEM 3: ACESSO À INTERNET – TIPO 2 (USO TRANSPORTÁVEL)

Serviço corporativo de acesso satelital à internet com terminal transportável.

O acesso deve ser provido por constelação de satélites LEO, com cobertura em todo o território nacional, sem necessidade de comunicação prévia ou intervenção da CONTRATADA para alteração de localidade.

A capacidade ofertada será integralmente dedicada ao tráfego corporativo, com prioridade frente ao tráfego de varejo.

A CONTRATADA deverá:

- Possuir ou sua parceira comercial licença SCM válida pela ANATEL;
- Ser fabricante ou revenda autorizada do produto/solução, comprovada documentalmente ou via site oficial do fabricante;
- Oferecer treinamento do tipo *hands-on* à equipe técnica indicada pelo CONTRATANTE;
- Fornecer serviço com característica de contratação continuada.

Especificações Técnicas Mínimas:

- Serviço dedicado ao uso corporativo;
- Velocidade mínima: 40 Mbps (download) e 08 Mbps (upload);
- Disponibilidade mensal $\geq 99\%$;
- Latência máxima: 100 ms;
- Franquia mensal mínima: 50 GB/mês;
- Comunicação ininterrupta após o fim da franquia, com possível retirada de prioridade de tráfego;
- Suporte aos protocolos IPv4 e IPv6;
- Suporte a QoS, com possibilidade de priorização de aplicações pelo CONTRATANTE;
- Suporte à criptografia AES-128 ou superior.

Requisitos de Hardware:

- Alimentação: 110/220V AC;
- Conectividade: Protocolo Ethernet com conector RJ-45 padrão Gigabit Ethernet;
- Antena: Compacta, tipo *flat panel*, com dimensão máxima de 60 cm em qualquer lado;
- Temperatura de operação: até 50°C ou mais;
- Grau de proteção: mínimo IP54;
- **Equipamento físico com tecnologia SD-WAN para gestão do link, conforme item 13.6;**
- Fornecimento de, pelo menos, 1 (um) IP público fixo IPv4 por acesso.

13.10. ITEM 4: PACOTES ADICIONAIS – FRANQUIA DE 50 GB

A CONTRATADA deverá disponibilizar pacotes adicionais de franquia mensal de dados de 50GB, não cumulativa, conforme descrito no item 7.2.3. deste ETP.

13.11. ITENS 5 E 6: REMANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Compreendem a desinstalação e reinstalação da antena e/ou demais equipamentos no Ponto de Presença (PoP), conforme as classificações:

- **Remanejamento Interno:** Reinstalação no mesmo endereço predial;
- **Remanejamento Externo:** Transferência para novo endereço predial;

Tais remanejamentos deverão ocorrer mediante solicitação expressa do CONTRATANTE, sendo faturados juntamente ao resumo mensal, condicionado ao aceite formal do serviço. Atividade poderá ser subcontratada se necessária.

13.12 Todos os equipamentos envolvidos deverão estar devidamente configurados e administrados pela CONTRATADA, com fornecimento das senhas de acesso de consulta. O fornecimento de hardware e software também será realizado em regime de comodato.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 5.850.459,36

Estimativa atualizada registrada por pesquisa oficial de preços TRE-AM , SEI 0005178-36.2025.6.04.0000, doc. 0000709177- SEAQ:

Valor para 24 meses: **R\$ 5.850.459,36 (CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E CINQUENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)**

15. Justificativa técnica da escolha da solução

15.1. Considerando os itens 9, 10 e 11 deste projeto e que o link de comunicação de dados nos cartórios se tornou um item essencial para o adequado atendimento à sociedade, especialmente diante da crescente demanda por serviços digitais, torna-se imprescindível adotar uma solução tecnológica que atenda plenamente às exigências operacionais do setor.

15.2. Entre os principais sistemas utilizados diariamente estão o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e o Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO), entre outros, todos fortemente dependentes de uma conectividade estável, segura e com alta disponibilidade.

15.3. Diante desse cenário, a solução mais adequada para atender às necessidades específicas dos cartórios, considerando as aplicações planejadas e os requisitos mínimos de desempenho, **é a adoção de uma Solução de Comunicação Satelital de Dados utilizando tecnologia em baixa órbita**. Essa tecnologia se destaca por oferecer menor latência em relação aos satélites geoestacionários, maior velocidade de transmissão e maior estabilidade na conexão, mesmo em regiões remotas ou com infraestrutura terrestre limitada.

15.4. Portanto, a escolha da solução de TIC baseada em satélites de baixa órbita e sistemas móveis justifica-se tecnicamente como a

opção mais alinhada aos objetivos institucionais do TRE-AM, **garantindo desempenho, disponibilidade, escalabilidade e segurança das comunicações em todo o território.**

16. Justificativa econômica da escolha da solução

16.1. Dentre os cenários apresentados compostos pela contratação atual TRE-AM 019/2021, as tecnologias pesquisadas para análise da contratação, itens 9, 10 e 11 deste documento, análise comparativa de custos fornecidos pelo mercado e estimativa de custo total apresentados neste ETP, consideram-se as seguintes vertentes:

- Atualização tecnológica que a solução trará ao TRE-AM;
- Adequação econômica de um novo contrato que ainda será saneado pelo processo licitatório;
- Eficiência de serviço quanto à velocidade dos links e latência;

16.2. Considerando o conjunto de características apresentadas, conclui-se que a contratação de links de satélite de baixa órbita atenderá plenamente às necessidades do TRE-AM. Atualmente, o Tribunal dispõe de uma solução baseada em tecnologia inferior, cujo valor contratual, após nova licitação, deverá se aproximar dos preços praticados para soluções com tecnologia mais moderna e com melhor desempenho. **Dessa forma, além da atualização tecnológica, haverá ganhos significativos na qualidade dos serviços prestados.**

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. A conectividade por meio de links de dados é essencial para o funcionamento dos cartórios eleitorais, especialmente no interior do Estado, onde o acesso a sistemas como PJe, SEI e ELO é indispensável. Com o avanço da digitalização dos serviços públicos, torna-se necessário atualizar tecnologicamente esses pontos de acesso.

17.2. Propõe-se, portanto, a adoção de uma solução de comunicação satelital de baixa órbita (LEO), que oferece menor latência, maior estabilidade e ampla cobertura, inclusive em áreas remotas. **Essa tecnologia garantirá maior eficiência e confiabilidade às atividades dos cartórios, além de viabilizar ações itinerantes em comunidades ribeirinhas e indígenas.** A proposta também visa fortalecer a infraestrutura tecnológica das unidades, promovendo integração, segurança e preparo para as demandas crescentes da Justiça Eleitoral.

18. Providências a serem Adotadas

18.1 Licenciamento pela ANATEL

A operadora ou sua parceira comercial deverá possuir **licença própria e válida do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)**, outorgada pela **ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações**;

- **Equipamentos e infraestrutura:**
 - Fornecimento, instalação e configuração dos sistemas;
 - Garantia de pleno funcionamento mesmo em áreas de difícil acesso ou infraestrutura limitada.
- A contratada deverá **dispor de todos os equipamentos necessários à implantação completa da solução**, incluindo:

18.2. Visita técnica

A contratada deverá realizar **visita técnica aos locais de instalação**, com as seguintes condições:

- **Data previamente agendada** com os responsáveis da contratação;
- Objetivo de conhecer as condições específicas do local e definir diretrizes para a **implantação e manutenção** do serviço.
- **Finalidade da exigência:**

As condições estabelecidas visam garantir:

 - Conformidade legal e técnica da solução;
 - Qualidade e estabilidade do serviço prestado;
 - Suporte adequado às atividades da **Justiça Eleitoral**, especialmente em **regiões remotas** ou com dificuldades de conectividade.

19. Não Parcelamento da Contratação

19.1. Os itens agrupados possuem características técnicas semelhantes, facilitando a contratação com um único fornecedor.

19.2. A contratação em lote único garante maior qualidade na execução do serviço porque centraliza o gerenciamento e a responsabilidade técnica em um único fornecedor. Isso proporciona:

- Padronização da solução e dos níveis de serviço (SLA);

- Facilidade na gestão contratual e no acompanhamento de desempenho;
- Redução de riscos operacionais, como incompatibilidades entre tecnologias ou falhas de comunicação entre empresas distintas;
- Maior eficiência na resolução de problemas técnicos, já que há um único ponto de contato e responsabilidade;
- Otimização logística e econômica, com possível ganho de escala e menor custo indireto para a Administração.

20. Providências prévias da Administração

20.1 A contratação em tela não requer providências prévias da Administração quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

21. Solução Correlata e/ou Interdependente

21.1. Não é necessária a contratação de serviços adicionais. Dessa forma, a presente contratação será viável sem a necessidade de serviços ou bens correlatos ou interdependentes, assegurando eficiência e controle de custos.

22. Impactos Ambientais

22.1. Para atender à **Resolução CNJ 400/2021** (obrigação de logística reversa), o fornecedor deverá recolher, transportar e destinar corretamente antenas, fontes e baterias de lítio.

23. Quanto ao Grau e o Prazo de Sigilo

23.1 Verifica-se que o conteúdo do presente estudo técnico preliminar não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no art. 23 da Lei nº 12.527/2011, não havendo, portanto, necessidade de classificá-lo quanto a grau e prazos de sigilo.

24. Estratégia da Contratação

24.1. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

Com base no art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, segundo o qual o SRP pode ser utilizado “V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

24.2. Da Justificativa para a não abertura da IRP

Com base no art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, esta Equipe de Planejamento da Contratação recomenda a **não abertura da Intenção de Registro de Preços (IRP)**, indicando o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) como único contratante, tendo em vista as limitações operacionais da equipe técnica da área de infraestrutura.

A Coordenadoria de Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação (COINF/STI) dispõe de quadro técnico reduzido, composto por apenas 6 (seis) servidores, incluindo o próprio Coordenador, distribuídos entre 3 (três) subunidades: SEINF, SERET e SESET. Esse número é manifestamente insuficiente para atender à totalidade das demandas relacionadas à infraestrutura de TIC, à gestão de sistemas e à fiscalização de mais de 20 (vinte) contratos ativos da área.

Dessa forma, não há qualquer margem de ociosidade que permita à equipe absorver demandas adicionais oriundas de contratações compartilhadas, o que poderia comprometer a eficiência e a continuidade dos serviços essenciais prestados por esta Justiça Eleitoral.

Ademais, a participação de outros órgãos públicos ampliaria o escopo do planejamento, demandando adaptações nos artefatos técnicos e jurídicos, articulações adicionais e dilatação dos prazos de instrução processual. Esse esforço administrativo seria desproporcional à capacidade instalada do TRE-AM no momento, podendo comprometer a regularidade da contratação e a qualidade da fiscalização contratual.

Destaca-se que há necessidade de **celeridade processual**, pois o Contrato nº 019/2021-TRE/AM, vigente até janeiro de 2026, encontra-se em processo de obsolescência técnica, conforme apontado no item 3.2 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). O referido contrato não atende mais aos picos de demanda e às necessidades atuais de aplicação, especialmente nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado do Amazonas, inviabilizando qualquer tratativa de articulação com outros órgãos públicos no prazo necessário.

Diante do exposto, recomenda-se que a contratação ocorra com o TRE-AM como único beneficiário e gerenciador da ARP, garantindo maior eficiência na gestão, menor risco contratual e respeito à capacidade institucional instalada.

24.3. Modalidade e Tipo de Contratação

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Será considerado vencedor o fornecedor que apresentar proposta com MENOR PREÇO. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante o Anexo no Termo de Referência.

25. Vigência

25.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

26.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação do serviço de **link de comunicação via satélite (móvel e de baixa órbita - LEO)** revela-se **tecnicamente viável, economicamente vantajosa e operacionalmente necessária**, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A Justiça Eleitoral do Amazonas atua em um território extenso, com localidades de difícil acesso e com indisponibilidade de infraestrutura terrestre adequada para comunicação de dados. Nessas condições, a comunicação via satélite constitui a **melhor alternativa** para garantir a conectividade necessária ao funcionamento regular das unidades eleitorais, especialmente nos Cartórios do interior e nos atendimentos itinerantes.

Foram avaliadas diferentes tecnologias de comunicação satelital, como Banda C, Banda Ku, Banda Ka, e satélites de órbita baixa (LEO). As três primeiras foram descartadas por motivos de obsolescência, indisponibilidade de suporte técnico no mercado e desempenho inferior. A tecnologia LEO, por sua vez, **supera as anteriores em termos de latência, velocidade e estabilidade**, representando um avanço tecnológico compatível com as necessidades atuais da Justiça Eleitoral.

Portanto, a contratação do serviço de link de comunicação via satélite, incluindo as modalidades móvel e LEO, **demonstra-se viável e necessária** diante das limitações geográficas do Estado do Amazonas e da exigência de garantir conectividade estável e segura para o desempenho das funções institucionais da Justiça Eleitoral. A solução proposta representa a melhor relação custo-benefício, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

27. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenador de Infraestrutura

RUBENS ANTONIO PINTO SOARES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Chefe Seção de Redes e Telecomunicações

RODRIGO PINTO DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria 631/2025

ANTONIO CARLOS DE CASTRO MOREIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- ANEXO I - Locais de Instalacao dos links de comunicacao.pdf (221.46 KB)
- ANEXO II - Vistoria.pdf (359.25 KB)
- ANEXO III - Proposta.docx.pdf (205.06 KB)
- ANEXO IV - ATA.pdf (257.51 KB)

ANEXO I - LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS LINKS DE COMUNICAÇÃO

Locais de Instalação dos links de comunicação

- TRE-AM. Manaus

Av. André Araújo, 200. Bairro Aleixo, CEP 69060000

- Instalações em todos os municípios do Estado. Link com as informações:

<https://www.tre-am.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-do-interior>

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Nº XX/2025/COINF/STI/TRE-AM

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência que, por intermédio do representante legal da empresa _____, pretensa licitante, Sr(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, devidamente qualificado(a) para esse fim, esteve presente na sede do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS e de que é detentor(a) das informações relativas à execução dos serviços ora licitados, a serem executados no local.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante da Administração)

Assinatura e carimbo

(representante da Licitante)

OU

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, DECLARA, a completa e inteira responsabilidade na produção das propostas e o compromisso de executar todos os serviços solicitados de acordo com o especificado no Termo de Referência, reconhecendo a utilização de sua experiência técnica, para produção das propostas, como meio alternativo ao comparecimento no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS para avaliação de execução dos serviços especificados.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
Nº XX/2025/COINF/STI/TRE-AM

(representante legal)

Observação:

- 1 – esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado que identifique a licitante.
- 2 – o presente Anexo pode ser substituído por declaração de igual teor da licitante.

ANEXO III- PLANILHA DA PROPOSTA

A proposta comercial deverá expressar todos os custos de instalação e de manutenção mensal para utilização do circuito de dados, além dos custos de transporte, quando necessário, dos itens que compõem a solução (antena, modem, ou equivalente). A avaliação do menor preço global por lote será feita conforme as tabelas abaixo:

LOTE	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO			
Único	Item utilizado no início da contratação. Instalações iniciais para o ITEM 1.			QTDE TOTAL ARP A	VALOR UNITÁRIO B	VALOR TOTAL C (=AXB)
	2	UND	Instalação e configuração de Estação fixa satelital baixa órbita	72		
	VALOR TOTAL (1)					
	Serviço mensal. Item 1 – fixo Item 2 - móvel			QTDE TOTAL ARP A	VALOR UNITARIO (MENSAL) B	VALOR UNITÁRIO (12 MESES) C (=B X 24 meses) VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES) D (= C X A)
	1	MÊS	Link de comunicação fixo por Satélite, com operação em Baixa Órbita (LEO) com acesso à internet por 24 meses, com franquia de dados de 500 GB. (SDWAN físico incluso) TIPO 1	72		
	3	MÊS	Link de comunicação móvel por Satélite, com operação em Baixa Órbita (LEO) com acesso à internet por 24 meses, com franquia de dados de 50 GB. TIPO 2	10		
	VALOR TOTAL (2) = VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES) ITEM 1 + VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES) ITEM 3					
	Ítems por demanda, solicitação da contratante: Itens 4, 5, 6			QTDE TOTAL ARP A	VALOR UNITÁRIO B	VALOR TOTAL C (=AXB)
	4	MÊS	Pacote adicional de franquia de dados de 50 GB.	72		
	5	UND	Remanejamento Interno de Infraestrutura fixa	20		
	6	UND	Remanejamento Externo de Infraestrutura fixa	20		
	VALOR TOTAL (3) = VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES) ITEM 4 + VALOR TOTAL ITEM 5 + VALOR TOTAL ITEM 6					
VALOR GLOBAL DO LOTE:					= VALOR TOTAL (1) + VALOR TOTAL (2) + VALOR TOTAL (3) = R\$	

Memória de cálculo LOTE:

PARA ITEM 2: VALOR TOTAL (C) = VALOR UNITÁRIO (B)* QTDE TOTAL ARP (A)

PARA ITEM 1, 3, 4: VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES) (D)= QTDE TOTAL ARP (C)* QTDE TOTAL ARP (A)

PARA ITEM 5 E 6: VALOR TOTAL(C) = VALOR UNITÁRIO (B)* QTDE TOTAL ARP (A)

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, com sede na Avenida André Araújo, nº 200, Aleixo, na cidade de Manaus-AM, CEP 69060-000, inscrito no CNPJ sob o nº 05.959.999/0001-14, neste ato representado por seu Presidente, Desembargadora, matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, publicada node/...../2025, processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de da prestação de serviços de link de comunicação nas categorias link satélite móvel e link Satélite de Baixa Órbita para fins de acesso internet nas unidades da justiça eleitoral no interior do Estado, sede do tribunal e infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, com direito de atualização, garantia e suporte do serviço, a fim de atender as necessidades corporativas do TRE-AM, especificado no Termo de Referência anexo do edital de Licitação nº/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. ITENS E FORNECEDORES REGISTRADOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: CNPJ: Endereço completo (com CEP): Telefone (DDD): E-mail: Nome do Representante Legal CPF do Representante Legal

Lote	Item	Descrição	Und	Qtde	Mensal(R\$)	24 Meses(R\$)
1	1	ACESSO À INTERNET TIPO 1	Ponto/Mês	72		
	2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA O ITEM 1	Instalação	72		
	3	ACESSO À INTERNET TIPO 2	Terminal/Mês	10		
	4	PACOTES ADICIONAIS - FRANQUIA 50 GB	Pacote	72		
	5	REMANEJAMENTO INTERNO	Serviço	20		
	6	REMANEJAMENTO EXTERNO	Serviço	20		
TOTAIS						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

3.2. Não será admitida a participação de outro(s) órgão(s) ou entidade(s) no presente registro de preços, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

5.1.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e dependerão, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, da disponibilidade de créditos orçamentários, bem como de previsão no plano plurianual, caso ultrapassem um exercício financeiro.

5.1.2. A formalização do contrato ou instrumento substitutivo deverá conter a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários correspondentes.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, serão observadas as seguintes condições para a formalização da ata:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos ofertados pelo adjudicatário, em conformidade com sua proposta. Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores aos máximos estabelecidos no edital.

5.4.2. Serão incluídos na ata, na forma de anexo, os registros de licitantes ou fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, obras ou serviços pelos mesmos preços do adjudicatário, respeitada a ordem de classificação na licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados será respeitada nas contratações.

5.5. O registro mencionado no item 5.4.2 visa à formação de cadastro reserva, que será utilizado em caso de impedimento ou impossibilidade de atendimento por parte do signatário da ata.

5.6. Para efeito da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas aos valores do adjudicatário terão precedência em relação àqueles que mantiverem os valores originalmente ofertados.

5.7. A habilitação dos licitantes constantes do cadastro reserva ocorrerá somente nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Inadimplemento pelo licitante vencedor quanto à assinatura da ata no prazo e condições previstos no edital; e

5.7.2. Cancelamento do registro do fornecedor ou da própria ata, conforme disposições do item 8.

5.8. Os preços registrados, acompanhados da identificação dos licitantes e fornecedores, serão divulgados no PNCP e permanecerão disponíveis enquanto vigente a ata.

5.9. Após a homologação, o licitante mais bem classificado, ou o fornecedor em caso de contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estipulados no edital, sob pena de decair do direito à contratação e de sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado formalmente pelo convocado dentro do prazo original, com justificativa aceita pela Administração.

5.10. A assinatura da ata será realizada por meio de assinatura digital e a ata será disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Caso o convocado não assine a ata no prazo e nas condições previstas, e observado o disposto no item 5.7, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para assinatura da ata em prazo e condições equivalentes às do primeiro classificado.

5.12. Na ausência de interesse por parte dos licitantes registrados nos termos do item 5.4.2.1, a Administração poderá, observado o valor estimado e sua eventual atualização conforme edital:

5.12.1. Convocar os demais licitantes ou fornecedores remanescentes com propostas registradas sem redução, respeitada a ordem de classificação, para negociação visando à obtenção de preço mais vantajoso, ainda que acima do valor do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e formalizar o contrato nas condições inicialmente ofertadas pelos remanescentes, caso frustrada a negociação por melhores condições.

5.13. A existência de preços registrados representa compromisso de fornecimento nas condições pactuadas, mas não obriga a Administração à contratação, sendo-lhe facultado promover licitação específica para o objeto, desde que apresente justificativa fundamentada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses de redução dos valores praticados no mercado ou diante de fatos que ocasionem aumento nos custos dos bens, obras ou serviços registrados. Tais alterações poderão ocorrer nas seguintes situações:

6.1.1. Ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis — ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis — que inviabilizem a execução da ata nos termos originalmente pactuados, conforme disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Instituição, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de normas legais que tenham comprovada repercussão nos preços registrados;

6.1.3. Existência de cláusula contratual, prevista no edital, que permita o reajustamento ou a repactuação dos preços registrados, conforme autoriza a Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. Nos casos de reajustamento, deverão ser respeitados o índice estabelecido e a contagem da anualidade definida para a contratação;

6.1.3.2. Nas hipóteses de repactuação, esta poderá ocorrer mediante solicitação formal do interessado, observados os critérios previamente definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Caso o preço registrado torne-se superior ao praticado no mercado em razão de fato superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço.

7.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir o valor registrado aos preços de mercado, será liberado do compromisso referente ao item, sem a aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Nessa hipótese, o gerenciador convocará, na ordem de classificação, os fornecedores constantes do cadastro de reserva para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, vedada a convocação de licitantes ou fornecedores que tenham tido seu registro cancelado.

7.1.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para garantir a contratação mais vantajosa à Administração.

7.2. Caso o preço de mercado torne-se superior ao valor registrado, e o fornecedor não consiga cumprir as obrigações estabelecidas na ata, poderá solicitar ao gerenciador a revisão do preço, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize a manutenção do compromisso nos termos pactuados.

7.2.1. O pedido de alteração deverá ser acompanhado de documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade de manutenção do preço inicialmente registrado.

7.2.2. Caso não se comprove a existência do fato superveniente que justifique o reajuste, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá manter o cumprimento integral das obrigações pactuadas, sob pena de cancelamento do registro, conforme item 8.1, além das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Em caso de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, seguindo a ordem de classificação, para verificar se desejam manter seus preços registrados, conforme o item 5.7.

7.2.4. Não sendo bem-sucedidas as negociações, o órgão ou entidade gerenciadora poderá cancelar a ata, conforme item 8.4, adotando as providências necessárias para garantir contratação mais vantajosa.

7.2.5. Havendo comprovação de majoração do preço de mercado que inviabilize a manutenção do preço registrado, nos termos dos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do valor registrado, adequando-o à realidade dos preços praticados no mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, por decisão do órgão ou entidade gerenciadora, nas seguintes situações:

8.1.1. Descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

8.1.2. Não retirada da nota de empenho, ou de instrumento equivalente, dentro do prazo estipulado pela Administração, sem motivo justificado;

8.1.3. Recusa em manter o preço registrado, nas hipóteses previstas no § 2º do art. 27 do Decreto nº 11.462, de 2023;

8.1.4. Aplicação de sanção prevista nos incisos III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de inidoneidade) do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Caso a penalidade mencionada nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, tenha vigência inferior ao prazo de validade da Ata, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão devidamente fundamentada, optar por manter o registro do fornecedor. No entanto, ficam vedadas as contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no item 8.1, será formalizado por meio de despacho administrativo do órgão ou entidade gerenciadora, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Uma vez cancelado o registro do fornecedor, o gerenciador poderá convocar, respeitada a ordem de classificação, os licitantes constantes do cadastro de reserva.

8.4. O cancelamento dos preços registrados, total ou parcial, poderá ainda ocorrer por iniciativa do gerenciador, desde que haja justificativa técnica e comprovação adequada, nas seguintes hipóteses:

8.4.1. Por razões de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, nos casos de força maior ou caso fortuito;

8.4.3. Diante da ausência de êxito nas negociações, quando o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, conforme disposto nos §§ 3º do art. 26 e 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente, após terem assinado a ata.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, e demais normas aplicáveis.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS:

[Nome do representante legal]

[Cargo]

TRE-AM

PELO FORNECEDOR REGISTRADO:

[Nome do representante legal da empresa]

[Cargo ou função]

[Empresa – CNPJ]

Anexo II do Edital – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS E
.....**

A **UNIÃO** por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.959.999/0001-14, situado na Av. André Araújo, nº 200, Bairro Aleixo, na cidade de Manaus/AM, representado pela sua Presidente, Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**, matrícula TRE/AM 5301141, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0005178-36.2025.6.04.0000 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. **XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de link de comunicação nas unidades da Justiça Eleitoral, no interior do estado, sede do Tribunal, infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, nas condições estabelecidas no Termo de Referência Ajustado.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência Ajustado;
- 1.2.2. A Proposta da contratada;
- 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e

nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação deve ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência Ajustado, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto contratual, referente aos itens 2, 5 e 6 do Termo de Referência.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará ao Contratante documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor estimado anual da contratação dos serviços é de R\$..... ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência Ajustado, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência Ajustado:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência Ajustado;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência Ajustado;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do

presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.10. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Observar, rigorosamente, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do CONTRATANTE (Portaria TRE-AM nº 208, de 2024), conforme as diretrizes e procedimentos estabelecidos, sob pena de responsabilização por descumprimento contratual e aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA ONZE - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei n. 14.133, de 2021, na modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.
- 11.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência.
- 11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. Caso a opção seja por seguro-garantia, ficam vedadas cláusulas condicionantes de acesso às coberturas trabalhistas seguradas somente após processo judicial transitado em julgado.

11.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.13. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.18. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso o pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.19. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.20. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções do contratado.

11.22. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**, sua incidência se dará nos termos do subitem 7.9 do Termo de Referência Ajustado, anexo a este Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da

comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Unidade Gestora: 70003 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

II. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0013 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

III. Natureza de Despesa: 33904013 e 33904022

IV. Notas de Empenho: 2026NEXXXXXX e 2026NEXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DEZOITO – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Manaus (AM), (data da assinatura eletrônica).

Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

JOAO CARLOS DRESSLER PONTILHAO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em **30/04/2026**, às **10:53**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000727723** e o código CRC **DC423E11**.

Processo nº 0005178-36.2025.6.04.0000

Número Geral nº 0000727723 versão: 9

Anexo III do Edital – PLANILHA DE ESTIMATIVA DA DESPESA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES - SEAQ/CAPAT/SAO

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE DESPESA

Processo: SEI nº 0005178-36.2025.6.04.0000

Objeto: Contratação de serviço de link de comunicação nas unidade da Justiça Eleitoral do Estado do Amazonas (renovação da pesquisa).

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário Estimado	Valor Global Estimado Mensal	Valor Global Estimado - 24 meses
01	ACESSO À INTERNET TIPO 1: Serviço Corporativo para uso fixo com franquia mínima de 500GB de característica continuada locação	72	Ponto/Mês	R\$ 2.359,96	R\$ 169.917,12	R\$ 4.078.010,88
02	Serviço de Instalação para o item 1	72	Instalação	R\$ 2.195,82	R\$ 158.099,04	R\$ 158.099,04
03	ACESSO À INTERNET TIPO 2: Serviço Corporativo Franqueado para uso transportável com franquia 50 GB de característica continuada locação	10	Terminal/Mês	R\$ 2.141,50	R\$ 21.415,00	R\$ 513.960,00
04	Pacotes Adicionais – Franquia 50 GB	72	Pacote	R\$ 588,33	R\$ 42.359,76	R\$ 1.016.634,24
05	Remanejamento Interno	20	Serviço	R\$ 2.093,88	R\$ 41.877,60	R\$ 41.877,60
06	Remanejamento Externo	20	Serviço	R\$ 2.093,88	R\$ 41.877,60	R\$ 41.877,60
VALOR ESTIMADO DA DESPESA					R\$ 475.546,12	R\$ 5.850.459,36

Notas:

1. Planilha de estimativa de despesa conforme art. 8º, inciso III, do Decreto n. 10.024/2019.
2. Valores unitários obtidos através de pesquisa de preços nos termos da IN n. 65/2021-SEGES/ME.
3. Especificações e quantidades conforme Anexo I do Termo de Referência .

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS HENRIQUE RODRIGUES XIMENES
Data: 07/04/2026 12:44:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Henrique R. Ximenes
Chefe da Seção de Aquisições